

“ A Sociedade de S. Vicente de Paulo até o seu centenário em Portugal”

De Maria Angélica Pamplona Côrte-Real

I PARTE

1833 – 1959

1.º Volume – 1833 a 1934

3. Não vou escrever uma *“história científica”*. Vou escrever uma *“história vicentina”* sobre a história da Sociedade de S. Vicente de Paulo, antes e depois da sua entrada em Portugal.

Por isso, começarei por elaborar uma primeira parte, composta por três volumes, a qual se reportará ao período da vida da Sociedade de S. Vicente de Paulo até o seu centenário em Portugal, em 1959.

1 – ANTES DA SOCIEDADE ENTRAR EM PORTUGAL

CAPÍTULO I

Antes da Sociedade entrar em Portugal

A Sociedade de S. Vicente de Paulo, fundada um quarto de século antes da sua entrada em Portugal, já estava então estruturada e organizada, e o seu crescimento e expansão foram a inevitável consequência da sensibilidade do mundo cristão a esta forma de testemunho de fé, de caridade fundamentada na Justiça Social Cristã, levada em serviço pessoal e direto aos mais pobres, em maior sofrimento.

Mas, antes de falarmos da sua entrada, instalação e expansão em Portugal, julgo que é necessário conhecer a bagagem da Sociedade que, em 1859, chegou ao nosso País.

1. S. Vicente de Paulo

S. Vicente de Paulo já lançara, dois séculos antes, a semente da Sociedade de S. Vicente de Paulo, depois de fundada em Paris, em 1833.

Nasceu em abril de 1581, nas Landes, a sudoeste de França (aldeia de Pouy) e veio a falecer em 27 de setembro de 1660, na Casa de S. Lázaro em Paris. Foi pastor e os seus pais descobrindo nele grande capacidade intelectual, encaminharam-no para a vida eclesiástica, pois poderia ser válido auxílio para a família. Vicente de Paulo que foi sacerdote por razões mais humanas que de vocação, que entendeu bem a caridade de Cristo e dela fez a sua vida, veio a ser aclamado pelo Papa Leão XIII, em 12 de maio de 1855, Patrono de todas as Obras de Caridade. Foi inscrito no livro dos Bem-aventurados, por Bento XIII, no dia 13 de agosto de 1729. Em 16 de junho de 1737 foi proclamado Santo, por Bula assinada por Clemente XII.

Nenhuma obra de caridade foi estranha a Vicente de Paulo e esse princípio foi trazido para a Regra da Sociedade de S. Vicente de Paulo. Obras por ele fundadas como das Confrarias da Caridade, a Congregação da Missão (Padres Lazaristas ou Vicentinos), as Filhas da Caridade, as Damas da Caridade, ou os Seminários para a formação do Clero para que organizava Retiros, sobretudo para os Ordinandos, ou dos Hospitais que fundou ou reorganizou, como o Hospital para os forçados, ou da obra das crianças abandonadas, casas de acolhimento de casais idosos, ou para crianças difíceis, ou para socorro de prostitutas ou como Capelão nas galés. O seu papel no Conselho da Consciência, nas Conferências de Terça-feira, nas missões, nos campos de França, devastados pela Guerra dos Trinta Anos, acudiu às populações, mas em Terras de além-mar (Argel, Tunis, Madagáscar) ou a sua penetração na Corte, apesar de tímido e modesto, chegando mesmo próximo dos Reis Henrique IV e Luís XIII, junto de cuja cabeceira esteve até à morte, ou da Rainha Margarida de Valois que lhe ouviu os conselhos como lhe pedia colaboração para as ações de beneficência que realizava.

Vicente de Paulo terá influído em decisões políticas tendo mesmo proposto a demissão do Cardeal Mazarino.

Tudo isto foi importante a intervenção de Vicente de Paulo que se apercebera das mentalidades do seu tempo e da necessidade de as modificar, designadamente, na Igreja.

A sua conversão à pobreza, colocando-se preferencialmente do lado dos mais pobres. O que interessa é ver Vicente de Paulo optando pelo serviço dos pobres, olhá-los como Cristo os olhava, os servia, os amava, numa atitude bem diversa da usual na Igreja dos séculos XVI e XVII, em França.

A semente da vocação e missão da Sociedade de S. Vicente de Paulo veio a despontar em 1833 para leigos cristãos. E foi essa espiritualidade que se tornou parte essencial da “Bagagem Vicentina”, que em 1859 entrou em Portugal quando aqui nasceu a primeira Conferência de S. Vicente de Paulo portuguesa.

Os restos mortais desse que veio a ser aclamado Patrono de todas as Obras de Caridade, inscrito no livro dos Bem-Aventurados, proclamado Santo, andaram de lugar em lugar, a maior parte do tempo escondidos para que não fossem lançados fora.

Devitry, delegado da Revolução, em agosto de 1792, despojou a Igreja matriz de S. Lázaro de toda a prata, incluindo o Relicário de S. Vicente de Paulo, tendo o Corpo do Santo sido colocado num caixão de madeira e guardado em 1795 e 1796 na casa do notário da Congregação, Mons. Clairet. Depois, Francisco Dandé, sobrinho do Procurador-Geral que tivera já o corpo à sua guarda por alguns dias, logo após o saque por Devitry, escondeu o corpo de S. Vicente de Paulo na cavidade de um muro da Igreja. Em 18 de julho de 1806 foi o corpo do Santo entregue à guarda das Irmãs, Filhas da Caridade, que o conservaram na casa do seu Instituto até março de 1830. Foi então para a sala sinodal do Paço Arquiepiscopal, em Paris.

Em 10 de abril de 1830 vestiram o corpo do Santo com uma batina preta, roquete e estola branca, pondo-lhe nas mãos um crucifixo, colocando-o num relicário. Em 24 de abril, dia do aniversário do Santo, foi o Relicário transportado até à Catedral de Notre Dame, tendo o Corpo seguido em procissão para a Rua de Sèvres onde no dia 25 o Núncio Apostólico de Paris procedeu à trasladação do Corpo. Monsenhor Quèlen recebeu o Corpo na Capela já da Rua de Sèvres.

Até fins de abril de 1830 esteve o Corpo de S. Vicente de Paulo exposto à veneração dos fiéis. Mas, durante a Revolução de julho de 1830, de novo o esconderam até 1834. Em 1871, novamente foi escondido, devido à Guerra Franco-Prussiana até 1875, regressando, então, à Capela da Congregação da Missão, em Paris.

2. António Frederico Ozanam (1813-1853)

2.1 Neste capítulo desta História Vicentina da Sociedade de S. Vicente de Paulo, começamos por tentar reunir a, como lhe chamámos, “Bagagem Vicentina” que chegou a Portugal em 1859, apontando o que ela trazia e aqueles que nela foram acumulando os seus diversos componentes. E, ainda que tenhamos considerado que terá sido Vicente de Paulo, no século XVII, que lançou a semente da vocação e missão vicentinas mesmo para leigos, a verdade é que ela ficou latente e só mais tarde, já em 1833, em Paris, ela realmente brotou, sendo António Frederico Ozanam o seu grande fundador.

Nada pode ser historicamente escrito sobre a Sociedade de S. Vicente de Paulo sem apreendermos, pelo menos, o que nela foi marcado de forma mais identificativa pelo seu Patrono e modelo – Vicente de Paulo, e pelo seu principal fundador – António Frederico Ozanam.

Chamámos a António Frederico Ozanam o grande e principal fundador da Sociedade de S. Vicente de Paulo. Não resistimos a apontar um passo histórico da vida da Sociedade que ocorreu meia dúzia de anos antes da sua entrada em Portugal. E foi o Padre Lacordaire que provocou esse passo.

2.2. O Padre Lacordaire – Era João Baptista Henrique Domingos Lacordaire, sacerdote dominicano, que começou por ser advogado em Paris e grande orador. Pregador, de visão aberta e atual sobre os pontos da fé cristã. A pedido de Ozanam e alguns companheiros, Lacordaire

ficou, por fim, encarregado das afamadas Conferências Apologéticas na Igreja de Notre Dame que tiveram extraordinário êxito, despertando o maior interesse mesmo de figuras da intelectualidade francesa do tempo.

Lacordaire e Ozanam privaram muito. Uma grande amizade e um imenso mútuo apreço os ligaram. O primeiro encontro entre estas duas personagens foi importante na história da Sociedade de S. Vicente de Paulo, na história da Igreja de França e, afinal, na Igreja do Mundo. Foi num dia de janeiro de 1834 que Ozanam, que apenas conhecia de nome Lacordaire, lhe bateu à porta, no n.º 6 da Rua Nova de St. Étienne, em Paris. Pretendia conhecer e conviver com alguém que pudesse com ele pensar com abertura, conhecimento, sensibilidade e inteligência no mesmo objetivo, da divulgação da história da civilização construída pelo cristianismo e na regeneração da sociedade pelo cristianismo.

Lacordaire e Ozanam eram ambos filhos de médicos que, da profissão faziam testemunho de caridade cristã.

Ambos tiveram também confessadas crises de fé e, após a conversão, apenas desejaram converter os outros. Ambos nasceram e viveram em situações sócio-económicas entre os limites das facilidades médias e as privações que não impediram que conhecessem a diversão. Ambos pertenceram a uma classe média propícia a tornarem-se mediadores nas lutas entre os extremos sociais, ambos se tornaram apóstolos dos seus semelhantes.

Lacordaire, não só privara muito com Ozanam como se encantara com aquela ação realizada por *“jovens adolescentes, estudantes colocados à porta de todas as suas carreiras civis ou industriais, sem distinção de nascimento ou fortuna, reunidos pela caridade cristã, não para assistir aos pobres com um dinheiro filantrópico, mas para os visitar, para lhes falar, tocar, ver e sentir a sua miséria, levando-lhes com o pão e a roupa, o rosto piedoso de um amigo”*. Considerado como o “Representante da força espiritual” da Igreja de França do século, constantemente chamado para retiros e assembleias vicentinas, Lacordaire ficou plenamente associado ao destino das Conferências de S. Vicente de Paulo que ficou a conhecer profundamente.

Ainda que só em 1855 o Abade Lacordaire publicasse “A Notícia” (texto que Lacordaire dedicou à memória de Ozanam) em que, sem atribuir claramente o título de fundador da Sociedade de S. Vicente de Paulo a A. Frederico Ozanam, contudo aponta a sua ação preponderante na fundação da Sociedade, chamando-lhe mesmo – “O S. Pedro daquele Cenáculo” – designando como cenáculo o grupo que, com Ozanam, constituiu a primeira Conferência da Caridade, mais tarde batizada de Conferência de S. Vicente de Paulo.

2.3. O grande fundador da Sociedade de S. Vicente de Paulo

“A Notícia”, veio a ser publicada em vários órgãos da imprensa francesa e, face à “notícia” que atribuía a Ozanam a iniciativa da fundação da Sociedade de S. Vicente de Paulo, o jornalista, vicentino, Louis de Veillot, de ideias sócio-religiosas opostas às de Ozanam, reagiu. A sua reação fundamentou-se numa carta do próprio Ozanam, em 11 de junho de 1844, em que este dirigindo-se a Bailly, que decidira afastar-se da direção do Conselho Diretivo da Sociedade pedia e aconselhava Bailly a “permanecer no Conselho Diretivo da obra que fundara...”

Louis de Veillot não hesitou em afirmar Bailly como o verdadeiro fundador da Sociedade de S. Vicente de Paulo”.

Bailly, publicamente manteve silêncio, face à polémica que o artigo de Veillot suscitou, não vindo a esclarecer ou contrariar a afirmação deste que lhe atribuía o título de fundador da Sociedade. O Conselho Geral é que, já preocupado com a imagem que a polémica levantada poderia criar na Sociedade e na unidade entre os membros de uma obra de criação tão recente, convocou uma reunião que se realizou no dia 25 de fevereiro de 1856, solicitando para ela também a presença do próprio Bailly que aí já declarou não poder considerar-se o fundador da Sociedade. Redigiu-se uma circular que recomendava que não mais se publicassem artigos sobre o assunto, encerrando-se com a afirmação de que a obra tivera uma fundação coletiva.

Embora o Presidente Geral, Baudon, no Boletim da Sociedade, de novembro de 1853, anunciando a morte de Ozanam, a este se tivesse referido, salientando o papel decisivo que tomara na fundação da Sociedade; embora, um mês depois, Chaurand, um dos membros mais

ativos da primeira Conferência de Caridade, num texto que publicou, apontasse mesmo Ozanam como fundador; embora em 1880, na preparação de uma brochura que veio a ser publicada em 1882 para comemorar as “Bodas de Ouro” da Sociedade (1883), tratando das “Origens da Sociedade”, nela, Lallier tenha mencionado o nome de Ozanam umas trinta vezes; e até os amigos de Ozanam, vicentinos do Conselho de Lyon, La Perrière, Chaurand, Baudicour, Janmot e outros, tenham redigido um protesto contra o artigo de Veillot, atitude a que aderiram Lallier, Le Taillandier, Lamache, Devaux (e não Clavé, falecido pouco depois de Ozanam), estes, companheiros sobreviventes de entre os membros da primeira Conferência; apesar de tudo isso, só muito mais tarde, em 1913, por altura do centenário do nascimento de Ozanam, após largo tempo de investigação, de reflexão, e de estudo sobre a problemática da história da Sociedade de S. Vicente de Paulo, Léon de Lanzac de Laborie, na sua publicação intitulada *“Ozanam e a Fundação da Sociedade de S. Vicente de Paulo”*, texto que aparece no Livro do Centenário, enaltecendo a bela figura de Ozanam, reconheceu a parte fundamental que ele desempenhou na criação da Sociedade.

Em 1933, por altura das comemorações do Centenário da Sociedade, foram então divulgados importantes e esclarecedores documentos, tendo, em setembro de 1953, Centenário da morte de A. F. Ozanam, o Cardeal Feltin, Legado do Papa, e o Presidente Geral, Jacques Zeiller perante delegados da Sociedade provenientes de todos os Continentes, na Assembleia realizada no Anfiteatro da Sorbonne, e mesmo na Celebração Eucarística na Igreja de Notre Dame, em Paris, totalmente cheia de fiéis, sobretudo vicentinos, proclamado António Frederico Ozanam como o grande FUNDADOR DA SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO.

Após a transformação industrial da primeira metade do século XIX que paradoxalmente criou situações sociais desumanas que se traduziram em dramática pobreza e animosidade na população, Ozanam dizia: *“A questão que divide os homens dos nossos dias, já não é uma questão de formas políticas. É uma questão social. É saber quem vencerá, se o espírito do egoísmo, se o do sacrifício; se a sociedade não é uma grande exploração em proveito dos mais pobres, ou a consagração de cada um ao bem de todos e sobretudo para proteção dos mais fracos”*.

O seu processo de beatificação iniciou-se em 1925. Só após mais setenta anos de análise pelas várias Comissões Pontifícias junto da Congregação dos Santos, no Vaticano, o processo atingiu a meta: em 25 de junho de 1996 quando o Santo Padre João Paulo II reconheceu a heroicidade e as virtudes deste servo de Deus e em 6 de julho de 1997 assinou o Decreto da Beatificação de Ozanam.

Em Paris, na Igreja de Notre Dame, em cerimónia solene, integrada nas Jornadas Mundiais da Juventude, em 22 de agosto de 1997, em cerimónia presidida pelo Papa João Paulo II, participada por 25 Cardeais, 258 Arcebispos e Bispos, e milhares de vicentinos de diversos países, foi proclamada a beatificação do até então já Venerável António Frederico Ozanam.

Ozanam tornou a Sociedade uma via de santificação acessível ao leigo cristão, confessando mesmo as suas várias angustiantes crises de dúvida que ele próprio viveu. Mas sempre concluía, como cientista, mas católico convicto, que *“a dúvida é necessária ao progresso do pensamento porque aquele que nunca levanta a pedra das certezas estabelecidas, não descobre a vida que fervilha debaixo dela”*.

Falando de Ozanam, não podemos também deixar de ver inserido no tempo em que viveu, um tempo que se seguiu à Revolução Francesa, de que saiu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, que trouxe novas concepções de ordem social. Tempo que em França foi seguido de constantes guerras, de que apontamos as de 1830 e 1848, tempo de grande pobreza, sobre que Ozanam dizia, retratando a vida então em Paris, que metade da população vivia em miséria; tempo em que surgiram as grandes contestações aos trabalhadores mais esclarecidos dos seus direitos, tendo ocorrido as primeiras greves justamente em Lyon, onde Ozanam viveu. Mas o século XIX trouxe também a grande Revolução Industrial, iniciada com a invenção da máquina a vapor tudo o mais que foi surgindo, como a locomotiva, o telégrafo, novos meios de comunicação, novas técnicas agrícolas, que após períodos de lutas e pobreza, vieram

proporcionar uma época de progresso de que foram prova as sucessivas exposições realizadas e de que a Torre Eiffel ficou sendo um símbolo.

De qualquer maneira o materialismo crescia nas mentalidades dos povos da Europa que enriquecia com o “progresso industrial”. Mas com o materialismo vinha o agnosticismo que se comprazia com ataques a uma Igreja apática e até de testemunhos incoerentes com a mensagem de Cristo e, paradoxalmente, também muita pobreza.

Ozanam sentia esse clima e sofria, escrevendo: *“A Terra arrefeceu e é a nós, católicos, que cabe reanimar o calor vital que se extinguiu; é a nós que cabe recomeçar a grande obra da regeneração; é preciso recomeçar a era dos mártires... e ser mártir... é dar ao Céu tudo o que dele se recebeu...”*.

Frederico Ozanam, buscando todas as oportunidades para defender, mesmo na Universidade, contra ataques dos próprios professores, o papel da Igreja de Cristo, participou com alguns amigos e discípulos, como Laillier e Le Taillandier, nas Conferências de História, onde se refletiam e discutiam temas de história, filosofia e religião. Nessas Conferências realizavam-se reuniões sob a presidência de Bailly.

Foi numa reunião da Conferência de História que nasceu a decisão de se fundar a Sociedade de S. Vicente de Paulo.

3. A primeira Conferência de S. Vicente de Paulo

3.1 Ocorreu um episódio numa reunião dessas Conferências de História, em meados de abril de 1833, em que se tornou a discussão acesa, a propósito de uma publicação de Lammenais – “Palavras de um crente” – em que o seu autor se insurgiu até contra o Papado. Em ambiente de discussão e confusão, de posições assumidas anti-Igreja, desagradou a Ozanam e a outros, como Le Taillandier que já anteriormente comentara que preferiria àquelas discussões, a “prática de boas obras”. O próprio Ozanam, refletindo, ia dizendo: *“Sim, decorrido um ano e trabalhos e de combates, que conquista é que já fizemos para Jesus Cristo? Se o nosso esforço não foi coroado de êxito, não será porque falta qualquer coisa à eficácia sobrenatural da nossa palavra?... Para que o nosso apostolado seja bendito do Senhor, uma coisa lhe falta: as obras de beneficência, porque a bênção do pobre é a bênção de Deus.”*

Pois foi nessa reunião que um jovem também jornalista, ferrenho san-simonista, Jean Brouet, lançou a célebre pergunta-desafio acompanhada de alguns comentários que inquietaram Ozanam: *“O Cristianismo morreu... a missão da Igreja foi, certamente, de grande utilidade, mas esta absorveu todas as faculdades do homem na contemplação dos mistérios ultrapassados e de um culto ridículo e a razão julgou a lei que lhe era imposta, considerando-a muito pesada. O livre pensamento e a rebelião contra o Papado foram disso consequência e três séculos de heresia para começar, seguida de incredibilidade, deitaram por terra o velho edifício cristão medieval...”*, afirmações que Ozanam foi repudiando, travando-se vivo diálogo que Brouet terminou, perguntando: *“Vós que vos orgulhais de serdes católicos, que fazeis para mostrar ao mundo a vitalidade e eficácia da vossa fé? Provais que o cristianismo está vivo não por eloquentes discursos mas por obras sociais? Onde estão as provas da vossa fé?”*, foi a pergunta, em síntese, de toda a interpelação.

Terminada a buliçosa reunião, Ozanam acompanhado por Le Taillandier, retirou-se, tendo encontrado no patamar das escadas, seu irmão, Padre Afonso, que na sua biografia sobre Frederico Ozanam relata o facto: contando que Ozanam passou pensativo e que terá dito, como que pensando alto e respondendo à pergunta interpelativa de Brouet: *“Que vamos fazer para provar a nossa fé?... É preciso fazer o que é mais agradável a Deus. **Façamos o que fazia Nosso Senhor Jesus Cristo quando pregava o Evangelho: Vamos aos pobres**”*.

E, no final desse dia, Ozanam com Augusto Le Taillandier, dirigiu-se a casa de uma família pobre que conheciam e vivia nos arredores de Paris. Levaram-lhe, simbolizando o seu afeto e interesse, alguma lenha para a aquecer.

Iniciava-se assim a prática da **visita domiciliária**, o processo que se tornou típico da ação destes leigos que passaram a denominar-se “**Vicentinos**”, membros de uma Conferência, inicialmente chamada de Caridade, e, meses depois, “Conferência de S. Vicente de Paulo”.

Foi este propósito de visitar os pobres, indo até eles, nos seus próprios domicílios, detetando as situações de pobreza, de sofrimento, de injustiça, procurando contribuir para o seu alívio, correção ou compensação, provando que é a fé em Cristo que leva alguns cristãos a assumirem o compromisso vicentino, de pregarem em obras e atos a sua fé, servindo diretamente os pobres, à maneira de Vicente de Paulo, que se tornou a missão típica dos vicentinos.

Foram, portanto, Frederico Ozanam e cinco jovens amigos que, depois de várias diligências, designadamente a de se aconselharem com Emmanuel Bailly, mais velho que todos eles, formaram um grupo **para cuja presidência convidaram Bailly**, grupo que se chamou **Conferência, cuja primeira reunião terá sido realizada pelas 20 horas do dia 23 de maio de 1833**, nas instalações do jornal *A Tribuna Católica*, propriedade de Bailly, perto de Sorbonne e da Igreja de St. Étienne du Mont, Igreja onde, na Capela de S. Vicente de Paulo, um medalhão recorda a fundação da Conferência.

Os companheiros de Ozanam que com ele iniciaram a Sociedade de S. Vicente de Paulo

Além de Ozanam, os pioneiros das Conferências de S. Vicente de Paulo:

- **Augusto Le Taillandier** (1811-1886), de 22 anos, estudante de direito, nasceu a 23 de janeiro de 1811, vindo a falecer em 23 de março de 1886. Dedicou-se ao comércio. Antes, companheiro de Ozanam na Sorbonne, como ele, membro das Conferências de História, cujas polémicas lhe desagradavam, preferindo a ação à oratória, foi quem, com Ozanam, realizou a primeira visita domiciliária vicentina. Casou e fundou em Rouen, uma Conferência de S. Vicente de Paulo, tendo acompanhado e contribuído para a conclusão do processo de reconhecimento de Ozanam como fundador da Sociedade. Participou em Paris no 1.º Cinquentenário da Sociedade, em 1883, tendo sido o fundador do 1.º Conselho Central, em Rouen.

- **Félix Clavet** (1811-?), outro dos vicentinos da primeira Conferência Vicentina, aquele de que menos se conhece, por se ter afastado em consequência de um infeliz casamento.

- **François Lallier** (1814-1886), também vicentino da primeira Conferência, tendo-se mantido sempre muito próximo de Ozanam, de quem era amigo dileto, tendo sido padrinho da filha. Era magistrado, tendo nascido em 22 de junho de 1814 e falecido em 23 de dezembro de 1886. Ozanam ouvia sempre Lallier. Também participante da Conferência de História, colega de Ozanam, em Direito, na Sorbonne, foi o autor do articulado do primeiro Regulamento da Sociedade, publicado em 1835, tendo sido, como Secretário-Geral do Conselho Diretivo, e depois, do Conselho Geral, encarregado de redigir algumas alterações ao 1.º Regulamento. Foi Lallier o autor das primeiras Circulares Vicentinas, tendo escrito, em 1882, a pedido do Presidente Geral A. Baudon, uma Brochura com o título “*Origens da Sociedade de S. Vicente de Paulo*”, a ser publicada em 1883, para as comemorações das “Bodas de Ouro” da Sociedade. Esta Brochura tem extraordinário valor por nela terem podido inserir-se relatos e informações, fornecidos por membros, ainda vivos, da primeira Conferência: Le Taillandier, Devaux e Lamache, a cuja apreciação sujeitou o texto que redigiu.

- **Paul Lamache** (1810-?), nasceu em 18 de julho de 1810 e veio a falecer em 1892. Oriundo de uma nobre família normanda. Companheiro também de Ozanam na Sorbonne, em Direito, e na Conferência de História, pertenceu ao grupo dos fundadores da primeira Conferência Vicentina. Foi dos que reagiu mais contra a posição de Louis Veillot, afirmado com firmeza que fora

Ozanam o grande fundador da Sociedade de S. Vicente de Paulo. Casado com a neta de Filipe Lebon, inventor da iluminação a gás. Veio a ser professor de direito administrativo.

Lamache era um homem de figura elegante e atraente, apontando-se mesmo o contraste com a figura de Ozanam, “desajeitada e sombria”, dizia o próprio Ozanam. Aquando da sua morte, o seu corpo foi velado por um pobre que por ele fora dedicadamente auxiliado.

- **Jules Devaux** (1811-1880), estudante de medicina. Foi nomeado Tesoureiro do Conselho Diretivo, por Bailly, quando este assumiu as funções de Presidente desse Conselho.

- **Emmanuel Bailly** (1793-1861), professor de filosofia e proprietário e diretor da “*Tribune Catholique*”, jornal que fundou. A sua biografia foi feita mais tarde, em consequência das desinteligências ocorridas entre os herdeiros de Bailly e de Ozanam em consequência do problema ocorrido pela designação de Ozanam como fundador da Sociedade. Viveu com dificuldades nos últimos anos da sua vida. Nasceu de uma família de artesãos. Foi casado e teve seis filhos. Foi um homem de grande cultura. Bailly fez parte do grupo fundador da primeira Conferência da qual foi presidente, como foi presidente do 1.º Conselho instituído na Sociedade – o Conselho Diretivo e depois do Conselho Geral. Foi o autor das “*Notas Preliminares*” do 1.º Regulamento da Sociedade e teve sempre grande influência no espírito de Ozanam. Faleceu em 1886 (entretanto, na foto surge o ano 1861...).

Quiseram inicialmente, estes primeiros vicentinos, membros da 1.ª Conferência, impedir a admissão de outros membros porque viriam quebrar a intimidade e união na Conferência. Brailly era dos que mais fechavam, por isso, o grupo. Mas Ozanam, não tinha essa opinião porque o seu desejo seria até “*reunir todos os jovens de cabeça e coração numa qualquer obra de caridade que formasse, assim, por todo o país, uma vasta associação generosa para alívio das classes populares*”. Ozanam, sempre com sentido profético pressentia que a obra iria crescer. E Lallier pensava como Ozanam, tendo insistido na admissão de um antigo discípulo no Colégio de Stanislau: **Gustavo de la Noue** que foi assim o 8.º membro da Conferência da Caridade, como ainda então se chamava. Meses depois, foi admitido o 9.º Confrade – **Léon Le Prévost** – que encontrava os membros da Conferência, no restaurante próximo, onde todos almoçavam, com eles convivendo e, que fez pouco depois, na reunião da Conferência de 4 de fevereiro de 1834, uma proposta inesquecível para a vida da Obra fundada e que foi parte importante também na “*Bagagem Vicentina*” que chegou a Portugal em 1859: a Obra fundada teria Vicente de Paulo como patrono, pelo que desde então, a Conferência passou a chamar-se Conferência de S. Vicente de Paulo, segundo a proposta desse membro.

Na mesma reunião, por proposta de Ozanam, a nova obra ficaria também sob a proteção de Nossa Senhora a quem, em todas as reuniões vicentinas, se dedicaria uma oração e, anualmente uma Assembleia.

Todas estas inovações vieram na “*Bagagem Vicentina*” quando em Portugal se fundou a primeira Conferência de S. Vicente de Paulo.

Rosália Rendu foi a Filha da Caridade que Ozanam e Bailly consultaram nos primeiros tempos e lhes forneceu a primeira lista de pobres a visitar. Muito ficou a dever-lhe a Sociedade de S. Vicente de Paulo.

Emmanuel Bailly

Embora nos tenhamos já referido ao que foi sendo incluído na “*Bagagem Vicentina*”, por Vicente de Paulo, Frederico Ozanam e até pelos membros da primeira Conferência, denominada inicialmente Conferência da Caridade e depois de S. Vicente de Paulo, o certo é que outros, nessa bagagem incluíram também partes mais ou menos importantes, como os Presidentes Gerais que exerceram funções até 1859.

Começaremos por Emmanuel Bailly, Presidente Geral, de 1836 a 1844; depois, Jules Grossin, de 1844 a 1847 e Adolphe Baudon, de 1848 a 1886.

Ainda só havia uma Conferência de S. Vicente de Paulo, justamente a Conferência de St. Étienne du Mont, e apesar da resistência levantada, e já referida, à admissão de novos membros, sobretudo por parte de Brailly, meses depois, já a Conferência tinha 9 membros. E foi Bailly, ele próprio, que trouxe depois para a Conferência, Emmanuel Condè, a que se seguiu a entrada de Charles Hommais, trazido por Lallier, Henri Personneaux, Chaurand, Gingoux e Ozanam, que, d regresso de férias, vindo de Lyon, trouxe para a Conferência mais um grupo de jovens estudantes lioneses. O número de membros era mais do dobro ao fim de três meses.

O aumento do número de membros da Conferência criou vários problemas que Ozanam apontou numa sua carta (XXII): *“reunindo às terças-feiras pelas oito horas da noite, na sala de Rua Petit Bourbon St. Sulpice, sede do Jornal de Bailly, a Tribuna Católica, tornou-se de facto, espaço exíguo para as reuniões da Conferência com tão grande número de membros, não permitindo o diálogo sobre os casos das famílias que visitavam”*. Foi ainda Bailly que proporcionou novo espaço para a Conferência, na Praça de l’Estrapade nº 11 em que se situavam as instalações onde funcionava também a Conferência de História, e que era também residência da própria família de Bailly.

Embora Bailly se opusesse sempre a inovações na Conferência, receoso de poder prejudicar a essência das suas motivações originárias, foi ele que começou a conferir à Conferência a estrutura e organização necessárias. Foi então, que começaram a elaborar-se as primeiras atas das reuniões (desde 17.12.1833), cuja inexistência, nos primeiros tempos de vida da Conferência, tanta falta fez para conhecer os primeiros passos da nossa Sociedade. Foi, de facto, Bailly que constituiu a Mesa da Conferência, mantendo-se como Presidente e chamando Devaux às funções de Tesoureiro e Chaurand às de Secretário. Foi Bailly que iniciou a prática da coleta em cada reunião, fazendo circular diante de todos o seu chapéu, onde ele deitava sempre as maiores quantias, provenientes de artigos que compunha e publicava em vários jornais que por eles lhe pagavam certas verbas. Foi Brailly que começou a planear a distribuição das ajudas às famílias que visitavam, detetando as suas carências. Foi também Bailly que firmou a colaboração sempre deferente com o Clero, sem quebra de laicidade da nossa Sociedade.

O batismo da Conferência de Caridade. S. Vicente de Paulo, seu Patrono. Nossa Senhora sua Protetora.

Com Bailly Presidente, em 4 de fevereiro de 1834, por proposta de Le Prèvest, foi a Conferência “batizada”, passando a denominar-se Conferência de S. Vicente de Paulo, santo designado por Leão XIII, como Patrono de todas as obras de caridade, e a partir daquele dia 4 de fevereiro de 1834, também Patrono desta Obra. Nessa mesma reunião, Ozanam insistiu, como já se disse, para que a Obra ficasse também sob a proteção de Nossa Senhora, incluindo nas orações das reuniões, uma Ave Maria, reservando-se-lhe também, uma das Assembleias Regulamentares Anuais da Sociedade, a realizar em data próxima do dia consagrado à Imaculada Conceição.

E, foi em 1834, quando o número de Confrades ascendeu à centena, e se reconheceu a dificuldade de funcionamento da Conferência com tão grande número de participantes, que Bailly embora contrariado, foi obrigado a aceitar, porque indispensável e inevitável, a divisão da Conferência. Em 16 de dezembro do ano de 1834, já Ozanam e Le Prèvest tinham constatado a impossibilidade do funcionamento da Conferência com tão grande número de participantes nas reuniões, tendo proposto o seu seccionamento, problema sobre o qual fora consultada a grande amiga e conselheira, da Conferência, desde início – a Irmã Rosália Rendu, que concordara com a proposta.

Mas todos a desaprovaram por não quererem separar-se, nem tão pouco deixarem de ter a presidência sábia, sensata e bondosa do “Pai Bailly”, como lhe chamavam.

Constituíram-se então três secções distintas que reuniam à parte, uma vez por semana e que tinham a sua contabilidade própria, o seu secretário, o seu tesoureiro juntando-se todos em Assembleia nas primeiras terças-feiras de cada mês.

Mas a solução não agradava. Bailly organizou uma Comissão com sete elementos, cuja composição aumentou para dez, até que por fim constituiu segunda Comissão, em janeiro de 1835, tendo as duas Comissões acordado em formar duas secções – a de St. Jacques e a de St. Germain que reuniam, primeiro separadamente, juntando-se depois para assuntos de carácter geral e de formação espiritual.

Maias uma solução impraticável porque, pelo menos um aspeto logo criou dificuldades a duração da primeira parte da reunião, variava de secção para secção, ficando uns à espera dos outros.

Aliás, em consequência das dificuldades constatadas e até das distâncias dos Confrades, foi o próprio Clavé que fundou uma terceira secção, a de St. Philippe du Roule, surgindo depois uma quarta secção em Notre Dame, a de Belle Nouvelle. Mas o problema exigia outra solução.

De facto, o sistema adotado, de uma primeira reunião realizada separadamente e depois uma segunda parte já em conjunto, foi considerado inaceitável, impraticável.

Juntou-se a essa conclusão por todos reconhecida, o desejo de estender a Obra à província e até ao Estrangeiro, como no primeiro caso, aconteceu com a fundação da primeira Conferência, embora em França, mas fora de Paris, a Conferência fundada em 1835 por Curnier em Nîmes e tempos depois, fora de França precisamente em Roma em 1842, exigindo esta expansão outro funcionamento e estrutura da Obra.

Bailly, convenceu-se da necessidade de reconhecer o funcionamento de quatro secções, já como Conferências com total autonomia: as Conferências de St. Étienne du Monte, de St. Sulpice, de St. Philippe de Roule e de Notre Dame de Bonne Nouvelle. A unidade era garantida pelas Assembleias, como a realizada no dia 18 de julho, então dedicada ao Patrono da Obra, S. Vicente de Paulo.

O 1.º Regulamento da Sociedade de S. Vicente de Paulo

A Bailly se deve a elaboração do primeiro Regulamento para a Obra, chamando a si a redação da Introdução que intitulou de “*Observações Preliminares*”, estas decalcadas de um opúsculo de S. Vicente de Paulo, em que o Santo apontava com veemência, as características indispensáveis a uma obra vicentina; piedade, caridade e humildade. A Lallier coube a realização do restante articulado do Regulamento.

Os 1.ºs Conselhos da Sociedade de S. Vicente de Paulo

O Regulamento criou um Conselho Diretivo com funções de coordenação e dinamização, tendo a sua presidência sido ocupada naturalmente por Bailly.

Só que, este Conselho Diretivo nunca funcionou como se esperava e seria necessário. Bailly nunca conseguiu dar ao Conselho Diretivo o dinamismo devido. Aliás, ele sempre reagiu a tudo o que alterasse a rotina da Obra. Na verdade, o Pai Bailly, apesar do contributo que foi dando para a consolidação da estrutura e organização da Sociedade, para defender a sua unidade e a sua fidelidade às origens, foi sempre dificultando a sua renovação, desinteressando e desmotivando – claro que involuntariamente – até os jovens sempre ávidos de mudança. Assim, aceitou mal as propostas que Ozanam, já Presidente da Conferência de Lyon, apresentou em março de 1837: uma, para ser rezado um Requiem anual por cada confrade falecido, e outra, a da criação da categoria de membros correspondentes, escolhidos entre os que, tendo

pertencido às Conferências, deixavam Paris, procurando assim mantê-los ligados à obra. Foi aceite a primeira mas reprovada a segunda, substituída apenas pelo envio de Relatórios.

No entanto, e apesar da inércia e falta de rasgo do Conselho Diretivo, a Obra continuava a crescer, pois em 1839, já havia 16 Conferências em Paris e 23 na Província.

A saída de Paris de muitos jovens vicentinos, já com os seus cursos concluídos, obrigou à substituição de alguns membros do Conselho. Foi então que, entre outros, entrou Baudicour que, jovem irrequeto e dinâmico, não se conformando com a passividade do Conselho, em reunião realizada no dia 4 de julho desse ano de 1839, apresentou uma proposta de alteração das estruturas da Obra, fundamentando o seu projeto, no perigo de poderem as Conferências da Província, por se sentirem desamparadas, agrupar-se e formar sociedades particulares. A proposta foi aprovada na Assembleia de dezembro de 1840.

Esta proposta punha em vigor uma nova estrutura, que começava por subdividir o anterior Conselho Diretivo, em dois novos Conselhos: o Conselho Particular de Paris a quem ficava cometido tudo o que se relacionasse com as Conferências da cidade, e o Conselho Geral a quem ficavam competindo todos os assuntos de caráter geral da Sociedade, em que se incluíam os internacionais. Bailly assumiu a presidência dos dois Conselhos.

Iniciou o Conselho Particular de Paris as suas funções em 25 de janeiro de 1840, funções que exerceu logo com dinamismo e entusiasmo. Com certo espanto, o Conselho Geral só começou a funcionar em 27 de dezembro de 1840.

Bailly deixa a presidência do Conselho Geral

Após três anos e meio de exercício, considerando ter feito o que podia, em 1844 Bailly demitiu-se de presidente, sendo substituído no cargo por Jules Gossin, por indicação dos Vice-Presidentes A. F. Ozanam e Leão Cornudet, ainda que sujeito a eleições.

Muito se ficou a dever a S. Vicente de Paulo e a Frederico Ozanam que marcaram o carisma vicentino, não podendo deixar de lembrar que muito também se ficou a dever a Emmanuel Bailly porque foi ele que fundamentalmente estruturou a Sociedade e definiu as regras do seu funcionamento.

Jules Gossin

Porque Ozanam e Cornudet, os dois Vice-Presidentes do Conselho Geral, que Bailly convidara para lhe sucederem no cargo de Presidente deste Conselho, não tinham podido aceitar o convite, por indisponibilidade profissional, foi então contactado Jules Gossin, Presidente da Sociedade de S. Francisco Regis.

O Breve Pontifício de 1845

O que mais notável aconteceu durante a presidência de Gossin, foi a publicação pelo Papa Gregório XVI do Breve Pontifício de 1845, concedendo indulgências diversas aos membros da Sociedade, em várias circunstâncias.

Já em 1838, Frederico Ozanam propusera ao Conselho Geral que se dirigisse uma carta ao Santo Padre, pedindo a concessão de algumas indulgências. No entanto, Bailly entendeu que a Sociedade ainda não realizara obra que justificasse o pedido. Só quando se verificou que outras Conferências, como a de Nîmes, se antecipavam, fazendo um pedido de um Breve com indulgências para cada uma, o Conselho Geral começou a trabalhar para esse objetivo.

Em 10 de janeiro de 1845, Gregório XVI concedeu à Sociedade um conjunto de indulgências para os membros do Conselho Geral, dos diversos Conselhos instituídos e Conferências agregadas pelo Conselho Geral.

A presidência de Jules Gossin durou apenas de 23 de julho de 1844 a 1 de novembro de 1847. Além da diversificação das tarefas realizadas pelos membros das Conferências Vicentinas, a Sociedade cresceu e expandiu-se, ultrapassando mesmo as fronteiras do País em que a Sociedade de S. Vicente de Paulo nascera – a França. Já, em 1842, se fundara em Roma a primeira Conferência, existindo, em 1844, duas Conferências. Nesse ano ainda, a Sociedade entrou em Inglaterra; depois, com Gossin na presidência, entrou em 1845 na Escócia e Irlanda onde, dez meses depois, já havia 10 Conferências; e ainda na Bélgica onde em 1847 já se contavam 24 Conferências que assistiam 2.000 famílias. A Sociedade continua a expandir-se, tendo entrado em 1846, na Alemanha, na Holanda, Grécia e Turquia, atravessando nesse ano o Atlântico para ir implantar-se nos Estados Unidos e no México. Em 1847, a Sociedade foi levada por um jovem médico que tinha estudo em Paris, até o Canadá.

Só durante o curto mandato de Gossin, foram instituídos 24 Conselhos Particulares, dos quais 13 no estrangeiro, com o total de 369 Conferências sendo 94 no estrangeiro. Realmente a Sociedade crescera.

Para além da grande novidade do Breve Pontifício concedido à Sociedade e que chamou mais cristãos à ação vicentina, ainda outra novidade ocorreu no mandato de Gossin, aliás novidade que também foi concretização de uma proposta feita na reunião de 8 de março de 1845 por Ozanam: a publicação dum Manual que incluía o Regulamento, vida de S. Vicente de Paulo, Circulares de Bailly e Gossin, um Relatório sobre as atividades da Sociedade desde as origens a 3 de dezembro de 1841, um resumo dos relatórios gerais de 1842, 1843 e 1844, o Breve de Gregório XVI, e as instruções do Arcebispo de Paris sobre indulgências.

Em 1 de novembro 1847, com apenas 57 anos de idade, Gossin, indicou **Adolphe Baudon** para lhe suceder, deixando assim as funções de Presidente Geral.

Adolphe Baudon desempenhou o cargo durante 38 anos, de 14 de fevereiro de 1848 a 19 de julho de 1886, data em que, quando apresentou a Leão XIII o seu sucessor, a este fez o Papa a seguinte e significativa recomendação: *“Faça como o Sr. Baudon”*. Pequenas e grandes coisas se fizeram, referindo aqui a criação do Boletim mensal da Sociedade, fundado em 22 de maio de 1848, saindo em 15 de junho o primeiro número, iniciativa seguida pela Sociedade noutros países; o desenvolvimento e regulamentação das Obras Especiais, registando-se os chamados “fornos ou cozinhas vicentinas” de que foram criados 8 em Paris e que só em 1858 distribuíram um milhão de refeições; uma organizada assistência aos feridos em colaboração com os serviços públicos de saúde que elogiavam a ação dos vicentinos; uma válida ajuda ao extermínio da epidemia de cólera ocorrida em Paris; a criação, com regulamentação especial, de Conferências, nas Escolas e estabelecimentos de ensino; a fundação de obras especiais diversas, como a Obra dos Casamentos, a obra das Santas Famílias, a Casa da Nazaré para moralizar e “evangelizar” a vida nas famílias; a criação de um Secretariado Permanente junto do Conselho Geral, para atendimento a consultas sobre vários assuntos postos pelos assistidos, para que foi também criada a Obra da Tutela dos Pobres; a insistente valorização e consciencialização da ação espiritual do vicentino a par da assistência social, para o que se realizaram Peregrinações e Retiros; publicações diversas, como a vida de S. Vicente de Paulo, patrono e modelo para o vicentino, e ainda do Almanaque do Aprendiz, que foi seguido do Almanaque do soldado, do Almanaque do lavrador, do Almanaque do operário, etc.

Criação dos Conselhos Superiores

Foi considerado que seria útil um órgão superior da Sociedade em cada País, pelo que o Conselho Geral, em reunião de 24 de dezembro de 1849 apresentou um projeto de criação de Conselhos Superiores, o qual foi aprovado em 1 de abril de 1850.

Criação dos Conselhos Centrais

O Conselho Geral decidiu que deveria ser criado um órgão intermédio orientador e coordenador que chegou a pensar-se ter a diocese como âmbito de ação, mas que ficou sobretudo como órgão intermédio entre o Conselho Superior e o Conselho Particular, órgão esse que ficou conhecido como “Conselho Central”, de que foi primeiro o Conselho Central de Rouen, criado por iniciativa de Augusto Le Taillandier.

A Sociedade e o Clero. O cardeal Protetor

No que diz respeito ao Clero, o Conselho Geral teve de se impor e marcar a laicidade da Obra, pois muitos presidentes de Conferências, e até de Conselhos, eram sacerdotes. Foi então que surgiu a nomeação do Cardeal Protetor da Sociedade, de que o primeiro foi o Cardeal Fornari, o que veio a normalizar lentamente a situação.

A Sociedade e o Estado. A Circular de Persigny

Com o Estado, o problema foi ainda mais difícil mas também tratado com uma dignidade extraordinária. Depois de insistentemente solicitada a colaboração da Sociedade pelas instâncias públicas, que chegaram a expressar o seu apreço e reconhecimento pela ação tão meritória realizada pelos vicentinos junto dos feridos e doentes que abundavam em Paris naquele tempo de revoluções permanentes, o ataque à Sociedade partiu de um jornal, “*Le Siècle*”, órgão de partidos avançados que levou Baudon a dirigir-se ao Ministério do Interior, o qual ao longo de uma entrevista cheia de cortesia, assegurou toda a boa vontade para com a Sociedade. Mas, relatórios das Prefeituras persistiam em considerar as Conferências focos de oposição, questão que foi levada a Conselho de Ministros, tendo o próprio Imperador Napoleão Bonaparte declarado que estava informado de que a Sociedade só fazia caridade. Isto ocorreu em 1854. Em 1857, “*Le Siècle*” insistiu nos ataques, apresentando a Sociedade como associação secreta contra o Governo.

Apesar da oferta de outros periódicos para que a Sociedade os usasse para ripostar contra esses ataques, o Conselho Geral decidiu assumir uma atitude apenas de silêncio e de humildade embora de indignação.

Mas os ataques à Sociedade cresciam e em janeiro de 1860 foi o próprio Jornal “*Le Constitutionnel*”, órgão oficial do poder, que entrou em campanha, no que depois foi imitado por outros jornais como “*L’Opinion Nationale*” e “*La Presse*”, acusando a Sociedade de S. Vicente de Paulo, de constituir, na realidade, “*quadros de uma arma contra-revolucionária, às ordens do Papa, recrutando as suas tropas entre os pobres*” de quem “*comprava pela fome as suas consciências*”, formando assim um “*Estado dentro do Estado*”. Mais uma vez, o Presidente Geral acompanhado pelo Vice-Presidente procurou o Ministro Rouher o qual assegurou tal como o Ministro Billault em abril de 1860, a total confiança do Governo na Sociedade de S. Vicente de Paulo. Só em 26 de novembro desse ano, sendo já Ministro do Interior Persigny, este emitiu uma circular “a Circular de Persigny” que ordenava aos Perfeitos um inquérito às Conferências de S. Vicente de Paulo das respetivas áreas, proibindo a sua ação de ajuda aos militares feridos, proibindo ainda o Conselho Geral, como “Órgão Diretor”, de funcionar sem aprovação oficial, confiando aos Perfeitos a decisão de autorização legal para funcionamento das Conferências, que a deveriam solicitar, dissolvendo os Conselhos Centrais, dependendo das ordens do Imperador a permissão de funcionamento do Conselho em Paris e do Conselho Geral.

O Conselho Geral, constituído por homens fortes e sabedores, católicos fervorosos, não aceitando mesmo o convite de Bruxelas, no sentido de transferirem para lá a sede do Conselho, com humildade cristã e firmeza digna, manteve-se sem funcionar, suspendendo as reuniões, tendo o Conselho delegado todas as suas funções no Presidente que redigiu uma resposta sumária às acusações do Governo, e respeitosa e prudentemente sempre com esperança, foi entabulando negociações para salvar a Sociedade. Pedindo insistentemente audiências, ao

próprio Imperador, Baudon escrevia cartas que, para poderem ser publicadas, decidiu chamar “*Cartas a um Companheiro de Infância*” cartas que mantinham viva a ligação e união na Sociedade.

Persigny tentou que as Conferências francesas ficassem apenas sob a direção do Cardeal Protetor, sujeitando durante seis meses a Sociedade a um verdadeiro fogo de críticas e limitações que, de resto, acompanhavam o conflito entre o Papa e o Imperador... É que dizia Persigny dirigindo-se aos vicentinos: «*Vós sois das pessoas mais virtuosas do mundo... e é por isso que num futuro mais ou menos distante, podereis vir a ser um perigo para o Governo*”.

Perante a atitude firme e correta do Presidente Geral e outros vicentinos, a pouco e pouco a opinião pública foi-se esclarecendo, multiplicando-se no estrangeiro as Conferências. Aliás, no próprio Senado foi dito bem alto pelo Conde de Sègur, dirigindo-se aos vicentinos: “*Vós só fazeis o bem, a polícia é-vos totalmente estranha, a vossa conduta é irrepreensível...*”.

As Conferências foram sendo autorizadas a funcionar... e faziam-no corajosamente... como que mostrando ao mundo a força da convicção vicentina. No estrangeiro, só de 1862 a 1870, foram agregadas 955 Conferências e instituídos 48 Conselhos Particulares, 8 Conselhos Centrais, 7 Conselhos Superiores e novos Países a colheram a Sociedade, além de Portugal em 1859: a Hungria, Dinamarca e Equador.

Aliás, de 1852 a 1861, em França, onde fora fundada a Sociedade de S. Vicente de Paulo, que ali se expandira, assistiu-se à queda do Império, à história da Sociedade, dividida em dois períodos, antes e depois de 1861, em que a Sociedade viveu sufocada em França, crescendo mais fora do País. Foram esses dois períodos separados na circular do Ministro do Interior Persigny, que teve a data de 16 de outubro de 1861.

Valeu à Sociedade a sua fé, fé que constantes iniciativas de fortalecimento foram de extrema utilidade, designadamente os Retiros que se multiplicavam, não só em França, como na Bélgica, Irlanda, Alemanha, Espanha, Itália, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos... e aqui podemos apontar o 1.º Retiro em Nova Iorque que reuniu 1.500 vicentinos.

Também nessa altura, como manifestação de piedade, surgiram as peregrinações, tendo-se organizado um Comissão em Paris para preparar as Peregrinações à Terra Santa, tendo a 1.ª Peregrinação até Jerusalém, partido em 23 de agosto de 1853.

Este período de 10 anos até 1861, curiosamente foi dos mais brilhantes da história da Sociedade e as Conferências passaram de 766 a 3.623, isto é, 2.857 novas Conferências surgiram, e nasceram Conferências em lugares onde até então eram desconhecidas; Jerusalém, Viena, Veneza, Ponchéry, Copenhaga, Montevidéu, Buenos Aires, Havana, Trindade, Guiana Inglesa, Lisboa, Filadélfia, Taiti, Beirute, Manila, Tenerife, Calcutá, Madrastra, Ceilão, Egípto e Cabo da Boa Esperança.

Só em França, houve 1.237 novas Conferências e, entre elas, uma Conferência para estrangeiros. Cresceu o número de Conferências rurais e, curiosamente, apareceram as Conferências “estivais”, nas termas, por exemplo.

Foi uma iniciativa semelhante que fez nascer a Conferência de Lisboa, inicialmente formada por cidadãos franceses.

Os Conselhos Particulares passaram de 44 a 239, entre 1851 e 1861; os Conselhos Centrais eram só 2 em 1852, e em 1861, eram 33; os Superiores passaram de 10 a 25.

Congresso Internacional da Sociedade

Baudon fora, entretanto, a Roma em janeiro tendo sido recebido pelo Papa que o informou de que lhe parecia que “*uma era de liberdade iria surgir em França e que dela iria aproveitar a Caridade Cristã*”. É que a lei aprovada e publicada em 6 de junho de 1868, restabelecia o regime anterior de livre direito de reunião, lei a que Baudon recorreu para requerer o restabelecimento do funcionamento do Conselho Geral. Por tal iniciativa e porque a opinião geral, quer entre os

Senadores, quer mesmo no Governo, se ia tornando favorável, em 14 de fevereiro de 1870, o Conselho Geral voltou a funcionar.

Logo que o Conselho reiniciou as suas atividades, aprovou a agregação de 39 Conferências francesas, embora verdadeiramente só a 1 de junho, Baudon tivesse podido retomar a direção geral da Sociedade.

Baudon fora mantendo viva a Obra. Em 1872 realizou-se um Congresso Internacional, em 8, 9 e 10 de abril.

A Obra continuava a crescer. Pio IX concedeu mais indulgências. Leão XIII, que inicialmente não conhecia bem a Sociedade, a pouco e pouco sentiu-a bem na linha inovadora das suas concepções de justiça social. E, por altura de novo Congresso Internacional da Sociedade, comemorativo do cinquentenário da Obra, apoiou, com entusiasmo, a elaboração de uma medalha, fazendo sair um rescrito em 17 de março de 1883, que concedia uma indulgência plenária a todos os membros ativos ou honorários da Sociedade e indigentes visitados.

Aquele Congresso terminou com dois momentos de inesquecível emoção para todos os vicentinos congressistas que estiveram presentes: primeiro foi a saudação solene na cripta da Igreja dos Carmelitas, junto aos restos de Ozanam, ali rezando todos juntos, vicentinos de 24 Igrejas de França e 25 do estrangeiro como as de Roma, Berlim, Lisboa, Quebec, Nova Iorque, Buenos Aires, etc. e, a seguir a sua saudação solene, houve um convívio nos salões do Círculo de Luxemburgo, que foi ocasião de tocante aproximação de vicentinos vindos de todas as partes do mundo.

Não podemos deixar de referir o outro momento de profunda emoção vivida nesse Congresso do Cinquentenário da Sociedade como foi chamada essa comemoração que teve ainda a presença de Lallier e de Le Traillandier, embora de Lamache, ainda vivo, apenas tivesse chegado uma carta de extraordinária humildade justificando a sua ausência em consequência da idade. Pois esse momento foi quando, no Congresso, que tivera de ser aberto sem a presença do Presidente Geral devido ao seu estado de saúde, Baudon, apareceu de imprevisto, tendo sido acolhido em comovida alegria e reconhecimento por parte dos seus Confrades provenientes de todos os países.

O termo do longo mandato de Baudon

Baudon viveu em profunda felicidade aquela confraternização do mundo vicentino, confraternização em que os seus olhos viram alcançados os resultados da sua longa e fecunda presidência. Mas, foi justamente esta comemoração que, por circunstâncias várias, foi como que o termo da sua atividade como Presidente Geral da Sociedade de S. Vicente de Paulo.

Baudon sentiu que já não tinha as condições necessárias para o cargo e, em 30 de junho de 1886, entregou a Thureau-Dangin, Vice-Presidente do Conselho Geral, a carta com o seu pedido de demissão, propondo para o substituir o nome de Antonino de Pagès, que nomeara em 1880 Vice-Presidente do Conselho. Em 6 de junho de 1888, com 70 anos, veio a falecer, após uma vida toda consagrada às boas obras, mas sobretudo, à Sociedade de S. Vicente de Paulo, nela realizando uma ação tal que fez chamarem-no “o segundo fundador da Sociedade”.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo expande-se pelo mundo e vai entrar em Portugal

Foi durante o mandato de Baudon que a Sociedade entrou em Portugal (em 1859), trazendo na bagagem que chamámos vicentina, tanto que nela Baudon foi reunindo também.

A “Bagagem Vicentina” que entrou, em 1859, em Portugal, trazia já moldada, de forma clara e inconfundível, a identidade específica da vocação e missão da Sociedade de S. Vicente de Paulo, através do que sucessivamente nela haviam incluído pouco a pouco Vicente de Paulo, A. Frederico Ozanam, Emmanuel Bailly, Jules Gossin, Adolphe Baudon e outros vicentinos que com esses colaboraram, bagagem que, entretanto, foi invadindo o mundo onde nessa data 50.000 vicentinos, agrupados em 3.224 Conferências de S. Vicente de Paulo, amavam a Deus servindo-

O diretamente nos pobres, numa ação que se realizava já em 34 países assim distribuídos (por ordem alfabética):

Na Europa – 21: Alemanha (1846); Áustria (1849); Bélgica (1842); Dinamarca (1857); Escócia (1845); Espanha (1850); França (1833); Gibraltar (1859); Grécia (1846); Inglaterra (1844); Irlanda (1844); Itália (1842); Jugoslávia (1859); Luxemburgo (1855); Malta (1852); Países Baixos (1846); Polónia (1850); Portugal (1859); Suécia (1846); Suíça (1846); Turquia (1846).

Na África – 5: África Austral (1856); Argélia (1845); Egipto (1853); Reunião (1855); Maurícias (1850).

Na América – 6: Antilhas Francesas (1850); Antilhas Inglesas (1857); Canadá (1846); Cuba (1859); Estados Unidos (1845); México (1845).

Na Ásia – 2: Índia (1856); Palestina (1851).

CAPÍTULO II

A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO ENTRA EM PORTUGAL

O clima é sócio-político em Portugal

De 1806 a 1811, Portugal sofreu as invasões francesas que levaram a família real a sair e embarcar para o Brasil, acompanhada de nobres, juizes dos Tribunais Supremos, quadros superiores de administração, comerciantes ricos, criadores, etc., num total de dez mil pessoas, esvaziando os quadros do aparelho estadual. Lutas sangrentas, saques, desordem era o que acontecia em Portugal. Algumas manifestações para implantação do constitucionalismo iam ocorrendo. Enquanto D. João VUI estava no Brasil, em Portugal-Metrópole o Governo estava confiado a uma Junta de Governadores que recebia instruções do Rio de Janeiro o que incomodava o povo.

As invasões francesas foram as primeiras portadoras das ideias liberais até Portugal. Essas ideias e as más relações entre o poder civil e o militar, entre os oficiais portugueses e ingleses, este comandados por Beresford, chamados para apoiar a resistência portuguesa e garantir a independência do Reino, todo esse contexto contribuía para um estado de espírito de revolta acumulado que aguardava oportunidade de se manifestar. A conspiração de 1817 foi disso prova e o castigo era a força, para muitos, tendo sido um dos castigados, o General Gomes Freire de Andrade, oficial de grande prestígio, simpatizante de ideias novas.

E é ainda José Hermano Saraiva a dizer: *“A situação portuguesa era, em 1820, de crise em todos os planos da vida nacional: crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos do Governo no Brasil; crise ideológica, nascida da progressiva difusão nas cidades, das ideias políticas que consideravam a monarquia absoluta um regime opressivo e obsoleto; crise económica, resultante da emancipação económica do Brasil; crise militar, pela presença de oficiais ingleses nos altos postos do exército e pela emulação dos oficiais portugueses que se viam preteridos nas promoções...”*.

A estes fatores internos de inquietação, somava-se o da situação política da vizinha Espanha. Durante o período de lutas napoleónicas, os restantes espanhóis tinham aprovado uma Constituição (Constituição de Cádiz, 1812) ... Foi nesta conjuntura que surgiu a Revolução Portuguesa de 1820, levada a efeito pelo Sinédrio (grupo de homens politicamente doutrinados).

Os factos descritos por José Hermano Saraiva na sua *“História Concisa de Portugal”*, permitem-nos deduzir e compreender a ansiedade do povo português e a imperiosa e inevitável necessidade de uma mudança política que se projetasse nos campos económico, militar, social... e, afinal, de prática religiosa também.

A guerra civil continuou e só abrandou quando o Duque da Terceira entrou em Lisboa e foi assinada em 1834 a Convenção de Évora Monte que fez D. Miguel partir para o exílio. Pouco depois falecia D. João VI.

Foi um tempo de intranquilidade, de lutas, de exaltação contra todo o poder, de resistência contra as tradições e costumes, contra a ordem estabelecida, contra os mais poderosos e responsáveis.

A Igreja no século XIX em Portugal A perseguição à Igreja. O Catolicismo Social

Nesse clima inseriu-se logo o ataque à Igreja pelo Ministro Joaquim António de Aguiar, que foi chamando à Fazenda Pública os bens das Ordens Religiosas que foram eliminadas, procurando esmagar-se o Clero, retirando-se-lhe bens, força, influência e prestígio.

Perseguido o Clero, reduzido mesmo à miséria, degradado com todas as humilhações, como nos descreve Fortunato de Almeida, é ainda esse historiador que aponta os resultados negativos que, por isso, ocorreram no campo social e educativo. Como retrato bem expressivo dessa situação, veja-se, narra o mesmo autor, a Igreja das Carmelitas no Porto, transformada em armazém; a de S. Francisco, em alfândega; a de Santo Inácio, em depósito de artilharia.

As revoluções sucediam-se, entre as quais apontamos a Revolta dos Marechais que originou a proscricção do Marechal Saldanha e do Duque da Terceira, até que foi constituído o Governo de Sá da Bandeira.

Perante este clima de inquietação e insegurança, era inevitável a perturbação e a desorientação dos fiéis na vida religiosa. Regressava-se mesmo ao paganismo e às seitas. E pode dizer-se que a epopeia missionária portuguesa se encerrou com a extinção das Ordens Religiosas tendo mesmo sido extinta, por exemplo em 1836, a Faculdade Canónica de Coimbra.

Esta mudança de ideologias propícias a uma profunda mudança de mentalidades, de conceitos de justiça e beneficência, encontrava expressão em escritores e poetas da Escola Romântica, como Mendes Leal, João de Lemos, Latino Coelho, Bulhão Pato, Camilo, João de Deus, Marquesa de Alorna, José Estêvão, Castilho, Garrett, Herculano, na medida em que o romantismo foi o movimento aproveitado para divulgação dos valores de igualdade e liberdade, como já fora a Renascença para o Humanismo.

Em Portugal lia-se então Schopenhaur, Stuart Mill, Thomas Moore, Chateaubriand, Lamennais, Balzac, Victor Hugo, estes tão conhecidos de Ozanam, o grande fundador da nossa Sociedade e que, com muitos deles, tanto conviveu na casa de Ampère onde morou largos anos em Paris, apreendendo os seus pontos de vista.

O Romantismo tornava-se assim a via literária sobretudo, de expressão de um movimento de ideias e sentimentos em favor da Igualdade e da Liberdade, expressão de uma nova forma de relacionamento humano. Tudo isto fora surgindo como consequência da Revolução Francesa e das sucessivas revoluções que foram ocorrendo, tendo também muito contribuído para essas inevitáveis mudanças, a Revolução Industrial, trazendo inventos, técnicas novas, que conduziram a novos conceitos dos direitos essenciais da pessoa, que foram criando princípios jurídicos de relacionamento, principalmente no trabalho, produção e consumo.

E, a verdade é que a Igreja não encontrava a resposta que devia dar à situação que perturbava a Europa e, afinal, o mundo.

O Catolicismo Social em Portugal no século XIX

O Catolicismo Social veio a ser, afinal, a resposta inevitável de uma Igreja que até então, cautelosamente estática, não enfrentava a realidade social. Perante o grito contestatário de

uma humanidade contrariada, como apelo lançado em desafio ao verdadeiro sentido de justiça e caridade cristãs, a Igreja sentiu o dever de uma resposta que deu em apostolado social.

Embora a Igreja não realizasse em Portugal ainda um apostolado social organizado que cobrisse o País acompanhando as consequências de evolução técnica que, apesar de lentamente, vinha chegando a Portugal, no terceiro liberalismo, a Igreja despertava e sentia-se estimulada para o apostolado social que o Governo começava a apoiar.

Por isso mesmo, o Breve Apostólico *“Cum Primus Ecclesiae Temporibus”* que concedia a beatificação ao mártir português, S. João de Brito, e a proclamação em 8 de dezembro de 1854 pelo Papa Pio IX, do dogma do Imaculado Coração de Maria, cerimónia a que o cardeal patriarca de Lisboa, D. Guilherme de Carvalho, assistiu em Roam, foram acolhidos com entusiasmo pelo Governo, tendo sido a Bula *Ineffabilis Deus*, da promulgação do dogma, aprovada pelas Côrtes, e publicada no Diário do Governo. Também a reestruturação das Paróquias foi feita em total acordo entre a Igreja e o Governo, do mesmo modo que a devolução de muitos edifícios de Ordens Religiosas extintas, a muitas Congregações Religiosas.

O clima sócio-político, ao contrário do que antes sucedia, foi sendo propício à instalação em Portugal de uma obra de verdadeiro apostolado social, de uma obra que tinha por objetivo o alívio justo e caritativo da pobreza, de cuja existência todos estavam conscientes. Cada vez se abriam mais em Portugal as condições para a entrada da Sociedade de S. Vicente de Paulo.

A fé do povo português e a gesta dos descobrimentos

Em Portugal, repetia-se a história francesa, embora com um atraso de cerca de meio século. E, se em França, o clima político-social, as crises diversas em que o País mergulhou, propiciaram o aparecimento ainda que discreto, em 1833, da Sociedade de S. Vicente de Paulo, com uma missão de caridade realista e justa, face aos problemas sociais que iam ocorrendo, em Portugal o panorama social era igualmente interpelativo, convidativo mesmo, para que também aqui desabrochasse essa Obra. A todos surpreende até que tão tarde a Sociedade entrasse em Portugal, nação tão cristã, mesmo de nascença.

Porque é um facto que se encontram ao longo da História de Portugal, constantes provas de fé arreigada do seu Povo. Encontramo-las logo por altura da formação e conquista do Reino de Portugal. E na Gesta dos Descobrimentos sempre cristianizando, por esse mundo fora... Veja-se sobre a causa que levou os portugueses aos descobrimentos, a opinião de Elaine Sanceau na publicação *“Afonso de Albuquerque – o sonho da Índia”* que é esclarecedora no mesmo sentido: *“A expansão portuguesa de além-mar – diz ela – é fenómeno inexplicável à face da História”*.

“O desejo de expansão supõe falta de espaço e os portugueses tinham mais do que o bastante na sua linda pátria pequenina; a população era muito inferior a dois milhões. A nação acabava de sair de uma luta de vida ou de morte que durara séculos, primeiro com os mouros, depois com os castelhanos. A razão por que havia este povo de sentir-se instigado a espalhar-se pelo mundo desconhecido, depois de ter alcançado a paz, pela vitória sobre os seus vizinhos, é enigma indecifrável”.

Para explicação, Elaine Sanceau não encontrou motivos de ordem psicológica ou desejo natural de expansão por falta de espaço.

Também não é em razões económicas que devemos procurar essa explicação. Fatores económicos, houve-os na expansão portuguesa, e, já o dissemos, têm eles sua importância. Mas não foram exclusivos, nem sequer foram preponderantes. Foram até bastante secundários.

A verdadeira explicação está na Teologia da História e só nela é encontrável. Se não analisarmos a História de Portugal numa perspectiva teocêntrica – ou seja, tomando a Deus Nosso Senhor e a sua Santa Igreja como centro – não seremos capazes de explicar, e nem sequer de entender, a gesta grandiosa dos portugueses. Esta a opinião de Elaine Sanceau.

A fé em Cristo sempre motivadora para o povo português: as misericórdias

Encontramos constantes provas de fé na História de Portugal. Por exemplo, no acolhimento dado às Misericórdias, fundadas pela Rainha D. Leonor. É que para o cristão, como é o português, é a figura do pobre que mais se identifica com Cristo e a Sua Doutrina Evangélica. Por isso as novas linhas de justiça social cristã encontraram completo acolhimento na alma do povo português. Isso aconteceu com as Misericórdias e veio a acontecer com a Sociedade de S. Vicente de Paulo. Aliás, tão próximas são as regras destas duas obras cristãs.

As Misericórdias, fundada a primeira em Portugal em 1498, inspiraram-se nos mais belos princípios cristãos, aplicando as 14 obras de misericórdia... A esmola, a oração, a visita aos pobres, o socorro domiciliário, o ensino dos simples, o bom conselho aos que o pedem, o castigo com caridade aos que erram, o consolo aos tristes desconsolados, o perdão a quem ofendeu, o sofrimento dos injuriosos com paciência, o rogar pelos vivos e pelos mortos, servindo cativos e visitando os presos, o tratamento para curar os enfermos, dando de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede, cobrindo os nus, dando pousada aos peregrinos, enterrando os mortos, e fazendo toda forma de assistência espiritual, moral ou material, são práticas das Misericórdias e, afinal, práticas tão vicentinas. Ora as Misericórdias antecederam a Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal e provam que os leigos cristãos deste país tinham a sua sensibilidade afeiçoada ao apostolado cristão que a Sociedade de S. Vicente de Paulo, praticava com certo sentido novo.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo, a Igreja e o Estado (século XIX)

Na Igreja do século XIX, sem dúvida que Ozanam, o fundador desta Sociedade, foi uma figura notável no catolicismo social e notável pela sua sensibilidade profética à questão social, a questão que ele considerava ser a mais importante dividindo os homens, os poderosos de um lado, tudo possuindo, e os pobres, do outro, sem nada possuírem.

Em Portugal, no século XIX, como antes em França, as revoluções sucederam-se. A Regeneração já em 1851, procurava serenar o País, na sua atitude anti-Igreja. O Governo concluiu mesmo que era preferível, à animosidade, e mesmo perseguição contra a Igreja, não a hostilizar, usando até a influência desta sobre a população, católica na sua maioria, ainda que, muitas vezes, apenas por tradição ou simples hábito que se continuava ao longo das gerações.

O Poder reconhecia que a pobreza, neste início do século XIX, era grande em Portugal. Queria mesmo encará-la de frente, tendo incluído no seu programa, medidas a tal concernentes. O Governo não se alheou do permanente *“pedir esmola pelas ruas e portais da Igreja, vagabundear pelas terras, mendigando por amor de Deus... o correr às festas e romarias, exibindo chagas e deformações, ou mostrando crianças esfarrapadas e sujas”*, quadro descrito por Veríssimo Serrão na sua História de Portugal. A pobreza e os males sociais, preocupavam efetivamente o governo que procurou acudir e socorrer os pobres, criando até uma espécie de *“policia dos pobres”* para ajudar a corrigir e tornar justa a ajuda a conceder, distinguindo a verdadeira pobreza, da pobreza enganadora e postiça só para impressionar, costumando pendurar – de forma tão chocante – uma chapa metálica, ao pescoço dos *“verdadeiros pobres”* para assim os reconhecerem. Mais, no Código Penal de 1852, punia-se a mendicidade, chegando a deportar-se para a Índia os mendigos irrecuperáveis ou de falsa pobreza. Construíram-se então asilos, que eram, no entanto, depósitos de mendicidade, mas a que as autoridades estavam sensíveis.

Enquanto no segundo liberalismo, se condenava toda a prática da Igreja que se considerava inútil e prejudicial, e esse era o projeto de D. Pedro, que até pretendeu separar a Igreja de toda a atuação junto dos pobres, o terceiro Liberalismo, procurou serenar e *“limpar”* o País, aproveitando a Igreja com os seus objetivos e métodos aceites pelo povo, como sabiam, para uma ação que considerava indispensável, junto da pobreza dramática existente em Portugal.

Mas, a Maçonaria denegria toda a ação da Igreja que procurava sufocar e amesquinhar, como sucedeu nos Governos de Loulé.

Contudo, a Regeneração que surgiria em 1851, quando também a Portugal chegavam milhares de máquinas agrícolas, considerava de aproveitar o progresso industrial que também entrava em Portugal.

Após um período de instabilidade, como dizia Arno Y. Mayer, *“a persistência do antigo regime é então, completamente eliminada, dando-se o fenómeno histórico da Regeneração, implantando-se o liberalismo, numa caminhada da história europeia que chegava a nível nacional tardia e escassamente”*, dizendo a propósito mesmo J. J. Rodrigues de Freitas Júnior que *“a introdução das boas máquinas entre nós (sinal da instalação da Revolução Industrial, já bem patente, em França, por exemplo) não data senão de há poucos anos”*.

A Vocação e Missão Vicentina em Portugal

As Instituições Vicentinas em Portugal

Não foi nada fácil a instalação em Portugal nem das Instituições Vicentinas nem da Sociedade de S. Vicente de Paulo. Foram numerosas e insistentes as diligências para que tal acontecesse. Primeiro, foi a difícil obtenção da autorização da restauração da Congregação da Missão e fundação da Companhia das Filhas da Caridade.

Foi publicada em 1834 a ímpia lei que suprimia todas as casas, conventos, mosteiros, colégios e seminários, tanto em Portugal, como nas Ilhas e domínios.

“Avivava-se, contudo, o empenho das Senhoras de Lisboa pela vinda das Irmãs de Caridade Francesas” (apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão, 4.ª parte, de 1857-1910), *“mais ainda quando, em 1 de março de 1857, aportou ao Tejo o vapor Petrópolis na qual seguiam para o Brasil as Filhas da Caridade, Irmãs de S. Vicente de Paulo, três delas brasileiras, e as outras oriundas de França... e visitaram a Infanta D. Isabel Maria e as Irmãs portuguesas na casa de Santa Marta. A demora de 20 dias que teve o barco no Tejo por carecer de reparações, determinou-as a aceitarem a hospitalidade que lhes ofereceram os Condes de Sobral”*.

A bordo do Teutónia, sucessor do avariado Petrópolis, partiu para o Brasil, com as Irmãs que para lá tinham sido destinadas e, verificaram, *“a saudade deixada no meio católico e beneficente de Lisboa o que reativou as diligências para a vinda das Irmãs do mesmo Instituto para Portugal”*. Veio a Lisboa, depois de longa correspondência e várias diligências, o Padre Étienne, Superior Geral. Do que viu e ouviu, decidiu que era oportuna a vinda das Irmãs Francesas de S. Vicente de Paulo, e que seria certo e justo que as Irmãs portuguesas fossem agregadas às Irmãs francesas, usassem o mesmo hábito e gozassem das mesmas graças e bênçãos.

Como Superior Geral dos Lazaristas e das Filhas da Caridade, o Padre Étienne, escolheu então os primeiros missionários que viriam para Portugal para a nova Fundação. Vieram três sacerdotes com cinco Irmãs de S. Vicente de Paulo.

As Instituições Vicentinas de consagrados abrem as portas de Portugal à primeira

Conferência de S. Vicente de Paulo

Embora tenha havido uma lufada de ar pacificador quando o Duque da Terceira subiu ao Ministério substituindo o maçónico Duque de Loulé, durou pouco este interregno de paz, porque Loulé voltou ao Governo.

Assistia-se a uma série de ataques à Congregação e às Filhas da Caridade pela Maçonaria, a que pertencia o Ministro Duque de Loulé. Os ataques e notícias reportados às Filhas da Caridade eram de injustiça revoltante e escandalosa, tendo a Superiora das duas Instituições, chegado a admitir o abandono do País. Chegaram mesmo as autoridades governamentais a convocar o Provincial da Congregação, pois no Governo queria submeter à sua “censura”, os Estatutos da Obra. A essa exigência respondeu o Padre Sipólis: *“Exmo Senhor Conde, (...) Fazendo o seu alto*

cargo de Governador Civil, ao mesmo tempo de chefe da polícia da capital, não posso deferir à intimação que me faz para comparecer na sua presença, nem podem os nossos Superiores autorizar-me a submeter ao exame de uma autoridade civil as regras e costumes íntimos da comunidade. É sabido, em todo o mundo civilizado, que as duas congregações de S. Vicente de Paulo não são, nem uma sociedade nem uma reunião de malfeitores, e igualmente o sabe, tão bem como qualquer outra, a Nação Portuguesa. Se o Governo tão bem intencionado para com as irmãs francesas, não tem meios para impedir que as insultem, retirar-nos-emos. A comunidade das Filhas da Caridade não precisa de modo algum de Portugal para dilatar as suas obras, nem para as fazer conhecer à Europa (...)”.

Da reação produzida por esta carta no destinatário, continua a informar o Padre Sipólis na carta ao Superior Geral:

“O pobre Conde escreveu-me logo para me pedir perdão – é a palavra – e naquela mesma tarde fui honrado com a sua visita e só pôde lançar-se nos meus braços sem proferir uma palavra.”.

O Padre Miel resistia a todos os ataques do Governo, e ia fomentando de sãos princípios a vida da Igreja de S. Luís, imprimindo-lhe fundo doutrinal, estímulo e vitalidade à ação da caridade. Foram mesmo surgindo diversas obras e as Conferências de S. Vicente de Paulo.

Prepara-se a entrada da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal A Sociedade de S. Vicente de Paulo irradiava de França para todo o mundo

Como já dissemos anteriormente, a Sociedade de S. Vicente de Paulo já se instalara, em 1842, na Itália e Bélgica; em 1844, na Inglaterra e Irlanda; em 1845, na Escócia; em 1846, na Alemanha, Grécia, Países Baixos, Suécia, Suíça e Turquia; em 1849, na Áustria; em 1850, na Espanha e na Polónia; em 1852, em Malta; em 1857, na Dinamarca e em Gibraltar; indo entrar em Portugal, em 1859.

É trazida pelas Instituições Vicentinas

Apesar de todas as dificuldades criadas pelo Governo, de espírito maçónico, a “Bagagem Vicentina” da Sociedade de S. Vicente de Paulo chegava a Portugal. Estava-se em 1859. Na alma do povo, a todos os níveis sociais, dos populares e de pobreza dramática, aos mais fidalgos, pelos sentimentos de fé cristã de que viviam imbuídos, podia pressentir-se o bom acolhimento à entrada em Portugal da Obra cujo espírito ia sendo dado a conhecer pelos Padres Lazaristas e Irmãs de S. Vicente de Paulo.

Se Ozanam tivesse chegado a Portugal

Talvez que se, com a força persuasiva da sua fé, da profunda lógica com que defendia a aliança da fé e da ciência, com a sua visão tão esclarecida da pobreza suas causas e seus direitos, Ozanam, nas suas constantes viagens, tivesse chegado a Portugal, e não tivesse ficado só em Espanha, talvez que mais cedo a Sociedade de S. Vicente de Paulo tivesse despontado em Portugal, como chegou a Espanha nove anos antes.

No entanto, e embora a alma portuguesa estivesse necessitada de um movimento como a Sociedade de S. Vicente de Paulo, o certo é que o clima político era-lhe bastante adverso.

Discreta, como sempre e lentamente, a Sociedade de S. Vicente de Paulo vai instalar-se em Portugal

Foi indiscutivelmente lenta a instalação da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal. E, embora tivessem sido feitas diligências de várias origens para a implantação em Portugal, das obras de carisma vicentino, a verdade é que também em Portugal como aconteceu noutros países, a entrada da Sociedade de S. Vicente de Paulo resultou de um facto discreto e quase de iniciativa individual.

Foi também, embora ocorrido em ambiente já acolhedor, um facto discreto e isolado, que em Portugal fez aparecer a primeira Conferência de S. Vicente de Paulo. Obra que, pelo seu espírito cristão e finalidade de alívio aos mais infelizes e mais pobres, veio efetivamente encontrar nesse tempo, um clima recetivo por parte da população essencialmente cristã que sentia a miséria alarmante em que vivia o País, sobretudo nas classes mais populares.

Finalmente a fundação da 1.ª Conferência Vicentina em Portugal

Os portadores da semente vicentina para Portugal

Vinda de França por altura das invasões francesas, instalou-se em Portugal uma numerosa colónia de cidadãos franceses. Formaram então, alguns desses franceses, a Sociedade Francesa de Beneficência. Em 1438, formara-se a “Confrérie du Bienheureux Saint Louis, Roi de France” que Afonso V, em 1452 privilegiou. Foi funcionando essa Confraria num edifício onde também existia o Asilo, a Igreja e o já citado Hospício, assistindo a franceses doentes ou necessitados, bem como, por exemplo, a marinheiros franceses desembarcados, em trânsito.

Em 1559, a Confraria comprara um terreno junto às portas de Santo Antão, onde começou a ser construída uma Igreja que foi inaugurada em 1572, ao lado da qual funcionava um pequeno hospital: o Hospital de S. Luís, mas que o terramoto destruiu já no fim do século XVIII. Esta Sociedade fora mais tarde tornada Pessoa Coletiva de Utilidade Pública com estatutos aprovados em 1577, destinando-se a ações de beneficência, sem fins lucrativos. A dirigi-la existia um Conselho de Administração constituído por personalidades francesas que exerciam as suas funções na Sociedade, a título benévolo, com objetivos simultaneamente religiosos, beneficentes e patrióticos, servindo a “Nação Francesa”, como chamavam ao grupo de franceses que vivia em Portugal.

Já anteriormente fizemos referência à vinda para Lisboa de dois sacerdotes Lazaristas e um Irmão, acompanhando cinco freiras, uma das quais a Irmã Senhorinha Fonseca que fora para Paris, levada pelo Padre Étienne, para se preparar para servir em Portugal como Filha da Caridade.

Voltamos a repetir os nomes dos três Sacerdotes – Padre Miguel Sipólis, Padre Emílio Eugénio Miel e Irmão Pedro Valls, e das Irmãs – Maria Ligarde, Chicou, Celière e Roy, além da portuguesa Senhorinha Fonseca.

Por sugestão do Padre Miel, funda-se a 1.ª Conferência de S. Vicente de Paulo em terras portuguesas

Era já então o Padre Emílio Eugénio Miel o Superior da Igreja de S. Luís onde procurava intensificar o espírito católico. Entre as suas atividades, eram frequentes os retiros espirituais para a colónia francesa existente em Portugal. E foi nessa Igreja que funcionou a 1.ª Conferência portuguesa.

Num desses Retiros, realizado em fins de setembro de 1859, o Padre Miel sugeriu a fundação de uma Conferência de S. Vicente de Paulo.

Seguindo o conselho do Padre Miel, alguns desses católicos franceses em número de 31, que ouviram a sua pregação durante o Retiro em que recomendou a criação de uma Conferência Vicentina, juntaram e incluindo alguns portugueses, fundaram no dia 27 de setembro de 1859, a primeira Conferência de S. Vicente de Paulo em Portugal. Essa Conferência, chamada então Conferência de Lisboa, foi agregada pelo Conselho Geral, em sessão realizada em 31 de outubro desse ano de 1859, sessão presidida por A. Baudon, e que teve a presença de E. Bailly, Blondel, Margerie, Melun, Ségur, Baunly, Rivolet, Thureau Dangin e Frion que secretariou. Foram agregados pelo Conselho Geral, na mesma sessão, outras Conferências francesas, uma Conferência de Toronto (Canadá) e uma outra da Sibéria.

O Conselho Geral, sempre atento ao funcionamento das Conferências no mundo inteiro, com satisfação regista na ata da sua sessão de 19 de dezembro de 1859 que “a nova Conferência de Lisboa escreveu para agradecer ao Conselho a sua agregação e dá informações consoladoras”.

A Conferência organiza a sua Mesa, o seu funcionamento e ação

Ficou Presidente da Conferência o Conde de Sobral. Mas como acontecia frequentemente, tempos depois era Presidente um sacerdote, precisamente o Padre Miel, Superior de S. Luís.

Aproveitamos para dizer que o Hospital de S. Luís em 1863, na sua 5.^a instalação, veio ocupar o Palácio do Cunhal das Bolas, edifício situado entre a Rua da Rosa e a então Rua do Carvalho, hoje Rua Luz Soriano, instalações em que o Hospital continua a funcionar.

A Conferência de Lisboa foi trabalhando, tendo como Vice-Presidentes o Conde de Aljezur, proprietário, e o Dr. Luís Filipe de Abreu, advogado, sendo Secretário Bernardo Barros Gomes, funcionário judicial, e Tesoureiro José Franco de Sousa, proprietário.

A Conferência reunia às 9,30 horas, às sextas-feiras, numa das salas do Hospital de S. Luís. Tinha 18 membros que trabalhavam com dedicação na ação da Conferência.

Mas muito fechada na área do Hospital e confinada aos católicos franceses, não se expandiu a obra de S. Vicente de Paulo. Criada por inspiração e iniciativa dos Padres Lazaristas e por eles orientada e estimulada continuaria longos anos numa dependência da Igreja de S. Luís tornada assim como casa-mãe da Sociedade em Portugal.

Ainda por iniciativa do Padre Miel, foi fundada em 18 de novembro de 1864 uma segunda Conferência em Lisboa, a Conferência de S. José, no Colégio do Corpo Santo, agregada em 23 de janeiro de 1865, que depois se fundiu com a primeira, formando então uma única Conferência, chamada de S. Luís, Rei dos franceses que durante arrastados dezasseis anos foi a única Conferência em terra portuguesa.

Durante os primeiros anos, a Conferência de Lisboa limitou a sua ação à visita aos pobres, á assistência a crianças pobres e visita ao Santíssimo. Para angariar fundos, faziam um “lotaria”, mas a colocação dos bilhetes era sempre interna.

Em 1871, doze anos depois da sua fundação, o Presidente é o Padre Miel e a Conferência tinha já 22 membros ativos, 15 honorários e 2 aspirantes, com uma média de 10 presenças nas suas reuniões, visitando 25 famílias constituídas por 100 pessoas e 56 crianças, distribuindo por elas um total semanal de 7 quilos de carne, 5 de legumes e 44 de pão, e no Quadro Estatístico dizia: *“que a Conferência de Lisboa exercia com zelo a dobrada caridade junto dos pobres, dando-lhes o pão material e as doces consolações morais de que eles têm tanta necessidade nas suas misérias”*.

O Padre Miel continuava presidindo aos trabalhos da Conferência, mesmo quando ela passou a reunir e funcionar na Igreja de S. Domingos, como pode constatar-se de duas atas de 1871.

Supomos que a ocupação das instalações de S. Luís pelo patronato para as crianças que o Padre Miel ali criou, terá justificado a deslocação da Conferência para S. domingos, continuando a realizar-se em S. Luís as Assembleias Gerais.

Os Quadros e Relatórios eram elaborados em francês, pelo Padre Miel.

O introdutor da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal

Ao relatarmos os primeiros passos das Conferências Vicentinas em Portugal, neles logo fomos detetando o que na “Bagagem Vicentina” aqui chegou, desde a identidade da vocação e missão vicentinas, à prática da visita domiciliária, às reuniões semanais, ao Manual, á utilização dos quadros estatísticos, à elaboração dos relatórios e das atas, à realização de coletas nas reuniões, à Mesa da Conferência, às Assembleias, à importância das datas da fundação e, sobretudo, das da agregação das Conferências como ligação ao Conselho Geral, ao espírito da Caridade, concretizado em ajudas material, mas também e, principalmente, moral e espiritual, à deferência para com a Hierarquia da Igreja, sem quebra de autonomia administrativa da Conferência, etc., etc., tudo já vinha efetivamente incluído na “Bagagem Vicentina”, chegada a Portugal em 1859. Mas vejamos quem foi o verdadeiro introdutor da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal com toda a sua Bagagem.

Se fizemos uma sondagem às Conferências portuguesas, encontramos nelas a convicção arreigada de que foi o Cónego Sena Freitas o seu introdutor.

Foram as duas instituições vicentinas, em especial a Congregação da Missão através dos seus Padres e a das Filhas da Caridade que trouxeram até Portugal esse carisma vicentino da ação direta junto dos mais infelizes e sofredores, dos pobres afinal, ação realizada através dum contacto direto à maneira de S. Vicente de Paulo.

As ações à maneira de S. Vicente de Paulo eram bem conhecidas dos padres lazaristas, vicentinos. E quer o padre Miel, quer o Cónego Sena de Freitas eram Padre lazaristas, padre Vicentinos, Membros da Congregação da Missão, um e outro marcados pelo espírito de S. Vicente de Paulo, o santo escolhido por António Frederico Ozanam, para patrono e modelo dos membros das Conferências de S. Vicente de Paulo.

-- /// --

PARECE QUE A AUTORA DESTE LIVRO TEM MUITAS DÚVIDAS E, DEPOIS QUASE QUE AFIRMA, DIZ E DESDIZ.... NÃO PERCEBO LÁ MUITO BEM... DEPOIS, DEIXA ALGUMAS COISAS INCOMPLETAS, DUVIDOSAS... OUTRAS REPETIDAS...

-- /// --

O Cónego Sena Freitas, grande divulgador da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal

José Joaquim de Sena Freitas nasceu em Vila Franca do Campo, Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, no dia 21 de julho de 1840. Embarcou em Bordéus para o Brasil onde, em 1865, foi ordenado presbítero. Terá sido depois de 1873/74 que Sena de Freitas terá divulgado pelo Norte o espírito vicentino, resultando a fundação das Conferências de Braga, Porto, Penafiel, Coimbra e até em Lisboa.

-- /// --

AGORA VEJAM.....

Quando, em missão da Congregação por terras de Portugal, sobretudo pelo Norte, foi fundando Conferências e divulgando o espírito da Sociedade de S. Vicente de Paulo. Não foi efetivamente o seu introdutor em Portugal (ENTÃO EM QUE FICAMOS?!...) porque, quando veio para Portugal, dominado pela mística vicentina, já como Padre da Missão, fora já fundada a primeira Conferência Vicentina em Lisboa. Mas, foi verdadeiramente o seu grande propagador, a ele se devendo especialmente o primeiro forte impulso para a expansão das Conferências vicentinas neste País, fundando Conferências no Norte e Centro (...). Morreu no Brasil, em 21 de dezembro de 1913, quando escrevia a sua biografia.

O Padre Emílio Eugénio Miel

De quanto lemos até aqui podemos serenamente concluir que não foi Sena de Freitas o fundador da primeira Conferência de S. Vicente de Paulo em Portugal. Foi o grande impulsionador, o propagador das Conferências, do seu espírito, da sua missão, da sua organização e funcionamento.

Mas foi o Padre Emílio Miel, ajudado pelo Visconde de Aljezur e Conde de Samodães, que fundou a primeira Conferência de S. Vicente de Paulo em Portugal, justamente a Conferência de Lisboa para franceses e que, depois de fundida com a de S. José que também o mesmo sacerdote fundou em 1864, formou a Conferência de S. Luís a que também Sena de Freitas veio a dar a sua colaboração. Esta Conferência foi até 1875 a primeira e única Conferência de S. Vicente de Paulo em atividade em terras portuguesas.

Reforça a nossa opinião, considerando o Padre Miel como o fundador da 1.ª Conferência em Portugal, o texto do artigo sobre “Pays Latins de la Méditerranée”, da autoria de Auguste Fliche. Emílio Eugénio Miel nasceu a 22 de maio de 1822 na aldeia de Samery, perto de Tonerre, Diocese de Sens. Entrou como diácono no S.I. em Paris em 1845, fez votos perpétuos em 1848, tendo em Sens, influenciado pelo espírito dos dirigentes lazaristas, sentido nascer a vocação vicentina. As suas qualidades chamaram a atenção dos Superiores da Congregação, pelo que em outubro de 1857 o encarregaram da Fundação em Portugal, para onde seguiu com o Padre Miguel Sipólis, o irmão Valls e as cinco Irmãs Vicentinas francesas.

O Padre Miel exerceu grande atividade apostólica. Entrou em Lisboa na casa de S. Luís, em 23 de outubro de 1857. Reitor da Igreja de S. Luís e Superior, aí estabeleceu o solene Mês de Maria, as catequeses e a primeira Comunhão solene. Fundou a União de Orações, as Associações das Filhas de Maria e de Mães Cristãs. Cooperou ativamente no estabelecimento em Portugal, das Senhoras da Caridade, “Matrise” no Hospital de S. Luís, tendo construído junto à casa da Comunidade dos Padres de S. Luís o chamado “Pavilhão Miel”.

Do Padre Miel se diz que “o venerando visitador de Lisboa era universalmente apreciado: todos os Ministros de França que se sucederam em S. Luís, o tiveram por amigo e até por conselheiro em certas circunstâncias”. Os Núncios acreditados junto do Governo português, mantinham com ele relações marcadas pela cordial intimidade e exercia grande influência, não só no seio da Colónia francesa, mas também na sociedade portuguesa... Iniciou várias obras. Faleceu em 5 de dezembro de 1896.

O Conde de Sobral – o primeiro Presidente da 1.ª Conferência Vicentina em Portugal

Luís de Mello Breyner, Conde de Sobral, nasceu em 26 de outubro de 1807, em Lisboa. O Conde de Sobral não se absorvia apenas com os negócios da casa, mas também nos deveres de caridade que assumira. Foi como Presidente da Conferência de Lisboa que serviu mesmo quando esta atravessou períodos difíceis.

O Visconde de Aljezur

Vicentino de ação tão relevante nos primeiros tempos da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal. Francisco Lemos de Faria Pereira nasceu no Rio de Janeiro em 1820, tendo sido pelo seu casamento com Maria Rita de Noronha, por decreto real de 1858 autorizado a usar o título de Visconde de Aljezur.

Esteve o Visconde de Aljezur em todos os momentos grandes da vida inicial da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal:

- Vice-Presidente da 1.ª Conferência de Lisboa, a Conferência de S. Luís Rei de França, logo na sua primeira Mesa Diretiva;
- na fundação da Conferência de S. Pedro do Funchal, a 2.ª Conferência Vicentina em Portugal, colaborando com o Sr. Tiberge que trouxera de França, notícias sobre a existência das Conferências de S. Vicente de Paulo, ainda que apenas 42 anos de existência, mas em grande expansão;
- e depois, Mesa do Conselho Superior, como Vice-Presidente, neste Conselho tendo ação de grande relevância.

CAPÍTULO III

A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL 1859 – 1900

A expansão inicial

No Funchal

Antecedentes

Em 1485 ordenara D. Manuel, ainda Duque da Beira e Grão-Mestre da Ordem de Cristo, a cedência, na Madeira, de um terreno para nele ser edificada a “Igreja Grande” para cuja construção também consentiu na arrecadação de um imposto – “as penas” – além de ter aprovado outros diplomas, todos com finalidade idêntica. Em 1514, foi a “Igreja Grande”, tornada Sé Episcopal, tendo sido a Diocese do Funchal a primeira criada no domínio das descobertas e conquistas portuguesas, ficando, por Bula de Leão X e a pedido de D. Manuel, como sede do Arcebispado em 1533 e dos Bispados de Angra, Cabo Verde, S. Tomé e Goa, altura em que foi dada autonomia à diocese, libertando-a da jurisdição da Ordem de Cristo. Foram surgindo Associações e Movimentos diversos de caridade cristã. Foi assim que apareceu o Apostolado da Oração, as Confrarias do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria, a Devoção do Rosário Pio, Agregações do Santíssimo Sacramento, etc., e a Congregação da Missão e as Filhas da Caridade ou Irmãs de S. Vicente de Paulo.

Mais uma vez as Instituições Vicentinas

Em 1853, pelo falecimento no Funchal, da Princesa D. Maria Amélia, filha da Imperatriz D. Amélia, viúva de D. Pedro IV, esta confiou às duas Instituições Vicentinas ali existentes, (pois mais tarde ainda surgiriam a Sociedade de S. Vicente de Paulo em 1875 e as Damas da Caridade em 1876 e ainda a Juventude Mariana) uma obra grandiosa; a fundação e sustentação de um hospital para tuberculosos – o Hospital da Princesa D. Amélia que começou a funcionar em 1872 e posteriormente foi acrescentado de um orfanato, escola primária, capela, nesta existindo a bela imagem de Nossa Senhora das Dores.

E estavam então as Conferências de S. Vicente de Paulo fundadas em Paris, em grande expansão pelo mundo.

A 2.ª Conferência Portuguesa

Nesse ano de 1875 arribou à Madeira um cidadão francês, de nome Tiberge, membro da Sociedade de S. Vicente de Paulo, em França, que conhecia e apreciava a missão dessa Obra e que viera a esta cidade com sua família passar a estação invernos. Este ilustre filho de França, comunicou o seu intento, de fundar nesta cidade tão benéfica obra. Foi esta notícia recebida com verdadeira satisfação pelo Bispo da diocese, D. Aires de Ornelas, que por tal ansiava há muito, concordando em que a referida fundação tivesse lugar no domingo, 10 de janeiro de 1875, na casa da Associação Católica. Naquele dia, veio até ao Funchal, o Sr. Tiberge acompanhado dos Ver.dos Srs. Padre Miel, superior da Congregação da Missão em Lisboa, e Ernesto Schmitz, sacerdote alemão, então capelão do Hospício da Princesa D. Maria Amélia desta cidade, procedendo-se à instalação da nova obra, que foi denominada Conferência de S. Pedro do Funchal, reunindo pela primeira vez, em 10 de janeiro de 1875.

A 3.ª Conferência Vicentina Portuguesa

Foi em Braga que apareceu, por influência de Sena de Freitas, a 3.ª Conferência Vicentina em Portugal: a Conferência da Sé e da Cidade, fundada em 16 de dezembro de 1877, agregada em 11 de agosto de 1878.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo até à viragem do século As primeiras Conferências Vicentinas iam surgindo em Portugal

Foi demorada a implantação das Conferências de S. Vicente de Paulo em Portugal. Após a fundação, em Lisboa, da 1.ª Conferência, em 1859, passaram 16 anos até que surgisse a 2.ª, no Funchal, em 1875, já que a Conferência de S. José, que chegou a aparecer sob o impulso do Padre Miel, em Lisboa, fundada em 18 de novembro de 1864, funcionando na sala do mesmo Hospício de S. Luís, composta só por estrangeiros para socorrer pobres de qualquer nacionalidade, teve uma vida efémera, vindo a fundir-se com a Conferência de Lisboa, a já citada primeira Conferência fundada em Portugal, dessa fusão resultando a Conferência de S. Luís, Rei de França.

-- /// -- NÃO DEIXOU DE SER UMA NOVA CONFERÊNCIA, E, POR CONSEQUINTE, PARA A CONTAGEM... -- /// --

Seguiu-se, assim, em 1875, a fundação da Conferência de S. Pedro, no Funchal, que veio a ser a 2.ª Conferência Vicentina Portuguesa, fundando-se em 1877, em Braga, a 3.ª Conferência de S. Vicente de Paulo em Portugal. Só em 1879, e como consequência da divulgação do Padre Sena de Freitas, surgiu no Porto uma Conferência de S. Vicente de Paulo que veio a ser a 4.ª Conferência Vicentina em Portugal, em 21 de abril de 1879 – a Conferência da Imaculada Conceição, na Paróquia de Santo Ildefonso.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo expande-se inicialmente pelo Norte e Centro de Portugal

Se fora lenta a instalação inicial das Conferências de S. Vicente de Paulo em Portugal, decorridos 20 anos fundando-se apenas 4 Conferências até 1900 o ritmo de implantação começou a crescer, e o Porto foi o seu núcleo mais denso.

Após a fundação em 1879, no Porto, em Santo Ildefonso, da Conferência da Imaculada Conceição, vemos, e justamente fundada pelo Cónego Sena de Freitas, surgir em 1880, em Penafiel, a Conferência de Nossa Senhora do Rosário.

Em 3 de dezembro de 1883, no Bonfim, foi fundada a Conferência de Nosso Senhor, agregada em 1885; em 1886 foi fundada a Conferência de S. Martinho, na Cedofeita; em 1887, em Paranhos, é fundada a Conferência de S. Veríssimo; em 1888, a Conferência de S. Nicolau; e em 1889, em Massarelos, a Conferência de Nossa Senhora da Boa Viagem. Ainda em 1889 fundou-se a Conferência de Nossa Senhora da Assunção, na Sé; em 1890, iniciou a sua atividade a Conferência de Nossa Senhora da Vitória; e em 1891, em Matosinhos, a Conferência de S.

Salvador do Mundo. Ainda em 1891, fundou-se a Conferência de S. João, na Foz do Douro; em 1897, em Vila Nova de Gaia, a Conferência de Santa Marinha; em julho de 1897, na Campanhã, a Conferência de Santa Maria; em setembro de 1898, em Miragaia, foi fundada a Conferência de S. Pedro; e em 24 de dezembro de 1900 foi agregada a Conferência do Sagrado Coração, em Santa Clara, que havia sido fundada em 17 de junho. Até 1900, ainda no Porto, tinham nascido mais doze Conferências Masculinas.

Por altura do Jubileu de Oiro da Sociedade

Voltando ao ano de 1883, quando a Sociedade comemorava o seu Jubileu de Oiro – 50 anos de existência no mundo, a partir de França onde fora fundada em 1833 a primeira Conferência, já existindo Conferências Vicentinas em mais de 12 países, de 3 continentes:

Em Portugal, em 1883, já havia 9 Conferências: 2 em Lisboa, 1 no Funchal, 2 em Braga, 1 na Marinha Grande, 1 em Coimbra, e 2 no Porto.

No ano 1883, em Portugal, fundara-se mais uma Conferência – a Conferência de Nossa Senhora do Bonfim, no Porto, como vimos.

O primeiro Conselho Particular da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal

Em 9 de março de 1884, o Padre Miel fundou em Lisboa o primeiro Conselho Particular da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, auxiliado pelo Cónego Sena de Freitas.

Este Conselho foi agregado em 2 de abril do mesmo ano, não tendo, no entanto, funcionado com o dinamismo necessário, o que se constata pela ausência da fundação de Conferências em Lisboa, ao contrário do que aconteceu no Porto.

E nascem em Portugal Conferências Femininas

Era, na verdade, no Norte do País, já tão conhecida e motivante a vocação e missão dos leigos cristãos integrados na Sociedade de S. Vicente de Paulo, que ela se estendeu às Senhoras, já que até 1887 só existiam no Porto Conferências Masculinas e ali fundadas desde 1879.

O Reverendo Padre José Rodrigues Cosgaya reuniu um grupo de Senhoras e fundou em 9 de fevereiro de 1887 a primeira Conferência Feminina que teve a invocação de S. Luís Gonzaga até o ano 1903, adotando depois o nome de Nossa Senhora do Carmo, por ter sido inutilizada a Capela cujo orago tinha dado o primeiro título à Conferência pois era ali que então se faziam as reuniões semanais.

Logo de seguida foram fundadas 4 Conferências Femininas no Porto

Depois da primeira Conferência Feminina, já referida, foi fundada em 10 de outubro de 1888, a Conferência de S. José, em S. João da Foz; Conferência da Imaculada Conceição, em Matosinhos, fundada em 13 de julho de 1893; Conferência de Santa Teresa de Jesus, no Bonfim, em 6 de setembro de 1898. Foram todas agregadas pelo Conselho Geral em 16 de novembro de 1899.

Regulamento para a Sociedade de Senhoras de S. Vicente de Paulo

Publicado logo em 1888, o “Regulamento para a Sociedade de Senhoras de S. Vicente de Paulo”, este transcreve nas suas primeiras páginas o documento de concessão pelo Papa Pio IX, em 1867, com as indulgências concedidas às senhoras da Sociedade, as mesmas concedidas aos homens.

A fundadora da 1.ª Conferência Feminina no mundo

Ao referirmo-nos à fundação da primeira Conferência Feminina em Portugal, façamos uma referência como homenagem a Celestina Scarabelli, a fundadora da primeira Conferência Feminina de S. Vicente de Paulo.

Em 1845, uma epidemia de cólera semeou luto e miséria em Bolonha, onde já existia, desde 16 de junho de 1850, uma Conferência (masculina, claro) de S. Vicente de Paulo, a Conferência de S. Martinho, sob a direção espiritual do Padre Zuliani S.J., Conferência alegremente acolhida na Paróquia de S. Martinho, cujo Pároco era D. António Costa.

A epidemia alastrava e os Confrades da Conferência de S. Martinho, pelo Regulamento, não podiam visitar as viúvas e aqueles órfãos, dando-lhes o conforto e o alívio possível.

Celestina Scarabelli foi eleita a presidente do grupo. Após insistente consulta e pedido de aprovação pelo Conselho Geral, da fundação de uma Sociedade Feminina de S. Vicente de Paulo, paralela à Masculina, em 10 de janeiro de 1856, o Conselho Geral aprovou a constituição da Conferência Feminina de S. Bartolomeu, dando origem à Sociedade Feminina de S. Vicente de Paulo. Celestina Carabelli morreu em 6 de outubro de 1864.

Foi o Ver.do Dr. Cosgaya que reuniu as primeiras senhoras vicentinas que fundaram, em 1887, a 1.ª Conferência Feminina em Portugal, a Conferência de S. Luís Gonzaga.

Mais Conferências de S. Vicente de Paulo, em Portugal, até à viragem do século

Foi efetivamente no Centro e Norte do País que a Sociedade de S. Vicente de Paulo obteve o desenvolvimento inicial capaz de consolidar a sua implantação em Portugal no que muito se ficou devendo à ação divulgadora do Cónego Sena de Freitas a que já fizemos referência e que vemos envolvido na fundação de algumas Conferências do Norte e Centro de Portugal.

NA DIOCESE DA GUARDA

Fundada em 12 de novembro de 1899 a Conferência de Santa Maria Maior, na Covilhã, foi agregada pelo Conselho Geral cerca de um mês depois, em 18 de dezembro de 1899.

Como não havia qualquer Conselho na Diocese da Guarda, ficou sob a tutela do Conselho Central do Porto. A Conferência dedicou-se à visita domiciliária.

Não era a Conferência de Santa Maria Maior da Covilhã a única Conferência na Diocese da Guarda, onde existia desde 1891, embora só agregada em 1909, a Conferência de S. Luís Gonzaga que lutava com grande dificuldade apesar da esmola superior a 400\$00 com que o Prelado a contemplava.

Tinha esta Conferência vários sacerdotes como seus membros, entre os quais o anterior Bispo, D. Tomaz Gomes de Almeida. De qualquer modo, o Bispo D. Manuel Vieira de Matos, também considerando indispensável a ação da Sociedade de S. Vicente de Paulo, ajudou a levantar a Conferência da Guarda que entrara em grande declínio.

Estrutura-se a Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal

O Conselho Particular do Porto foi o segundo Conselho criado em Portugal, já que existia o de Lisboa, embora este com fraca ação.

O Conselho Particular Masculino do Porto

Uma curiosa iniciativa do Conselho Particular recomendada às Conferências, foi a de “fazerem de joelhos a oração inicial e a leitura espiritual, os membros que chegassem tarde à reunião!!!” Em 28 de fevereiro de 1888, o Conselho Particular, tornava também prática usual a visita aos hospitais, começando por recomendar a visita ao hospital de Santa Maria (Porto).

Igualmente as Conferências Vicentinas se inseriam na vida do País, e o Conselho Particular em 8 de novembro de 1888 mandou celebrar Missa por alma de El-Rei D. Luís.

O PANORAMA DA SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL – EM 1900 NA GUARDA

2 Conferências Masculina

. Guarda – S. Luís Gonzaga – 01/12/1891

. Covilhã – Santa Maria Maior – 12/11/1899

Em 1900, há, pois, 35 Conferências em Portugal, sendo 31 Masculinas e 4 Femininas, com 289 membros ativos – 219 homens e 70 senhoras, e 399 famílias assistidas.

No que diz respeito a Conselhos, podemos apontar a existência de:

- 1 Conselho Central Masculino no Porto, fundado em 8 de junho de 1893, instituído em 13/07/1893

- 1 Conselho Particular Masculino do Porto, fundado em 8 de dezembro de 1885, instituído em 18/01/1886

- 1 Conselho Particular Masculino de Lisboa, fundado em 9 de março de 1884 (com funcionamento irregular), instituído em 21/01/1884
- 1 Conselho Particular Feminino do Porto, fundado em 19 de março de 1900, reorganizado em 19/07/1940, instituído em 19/11/1940

CAPÍTULO IV
A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL
1901 – 1909

A Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, de 1901 a 1904

Na Covilhã é fundada a Conferência de Santa Maria Maior, cujo presidente era então o Dr. José Mendes Alçada de Paiva. A Conferência apoiava o Albergue dos Pobres, fundado em 1900, primeiro com 14 internados, depois com 26, e em 1902 já com 45 velhinhos internados. Foi nesse ano que se conseguiu a vinda da Irmãzinhas dos pobres para cuidarem do Albergue. Estas Irmãs chegaram no dia 10 de junho de 1902 à Covilhã. Tiveram um acolhimento verdadeiramente triunfal: esperadas na Gare do Caminho de Ferro por numerosas damas e cavalheiros que, “oferecendo-lhes as suas carruagens, as acompanharam ao edifício do Albergue... onde muito povo as aguardava ... sendo surpreendidas com uma chuva de flores que lhes lançavam duas meninas do Côro da Capela. Cantou-se em seguida uma Missa Solene, depois de um Te Deum...”

A Conferência, já então presidida pelo Vicentino José Marques Brás Povo, decidiu ceder ao Albergue as quotas dos seus 168 subscritores, reduzindo as suas receitas, mas reconhecendo e valorizando a boa obra do Albergue.

Em 1903, além da Conferência de Nossa Senhora da Conceição fundada em 19 de março na Covilhã, foram fundadas mais duas Conferências no Porto. Aconteceu ainda que, em 1903, a Conferência Feminina de S. Luís Gonzaga, a primeira Conferência Feminina de Portugal, fundada no Porto em 1887 e já agregada, em 1903 mudou a sua denominação para Conferência de Nossa Senhora do Carmo.

Sofreu a Sociedade, no ano de 1903, dois grandes golpes: a morte do grande Pontífice que foi Leão XIII, o Papa autor da grande *Encíclica Rerum Novarum* que renovou a doutrina social da Igreja, grande amigo dos operários, e das obras de Caridade, entre as quais as Conferências de S. Vicente de Paulo, o Santo por ele considerado o Protetor de todas as obras de Caridade; e o falecimento do Presidente Geral da Sociedade – Antonino de Pagès, tendo dado extraordinário impulso à Sociedade.

As comemorações do quarto de século da Sociedade de S. Vicente de Paulo no Porto (1904)

Presidentes dos Conselhos Particulares e Conferências Masculinas do Porto, do tempo:

(Surgem aqui os das Conferências da Covilhã, uma vez que pertenciam ao Concelho Central do Porto por não existir na Covilhã e Guarda)

- Conferência de Nossa Senhora de Lourdes, da Covilhã – José Marques Braz Povo.
- Conferência da Imaculada Conceição, da Covilhã – Artur de Moura Quintella.
- Conferência de S. Pedro, da Covilhã – Claudino Dias Agostinho Rosa.

Quadro Estatístico da Sociedade em Portugal, em 1904

Em 1904, quando a Sociedade atingia a idade de 45 anos em Portugal, já se tinha instalado em 11 dioceses (na atual divisão eclesiástica).

Apresentamos o seguinte quadro indicativo do número de Conferências de S. Vicente de Paulo e sua distribuição no nosso País, no ano de 1904:

Lisboa – 4 Conferências e 1 Conselho Particular

Braga – 4 Conferências

Funchal – 1 Conferência

Vila Real – 2 Conferências, embora a de S. Dinis por agregar

Bragança – 1 Conferência

Porto – 19 Conferências Masculinas, embora 1 por agregar, a do Círculo Católico, mais 4 Conferências Femininas, 1 Conselho Central Masculino e 2 Particulares (1 Masculino e 1 Feminino)

Coimbra – 1 Conferência (de Jovens)

Guarda – 3 Conferências (2 na Covilhã)

Leiria – 1 Conferência

Viseu – 1 Conferência (Alvarenga)

Angra do Heroísmo – 1 Conferência

O que totaliza: 42 Conferências das quais 4 são Femininas; 1 Conselho Central e 2 Conselhos Particulares, 1 Masculino e outro Feminino.

(Todos os Conselhos funcionam no Porto).

A Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, após a viragem do século

Queremos frisar que a Sociedade de S. Vicente de Paulo sempre se expandiu de forma lenta, quer inicialmente em Paris onde nasceu, quer ao espalhar-se pela França, quer, depois de 1842, pela Europa e pelo Mundo. Vimos que realmente era um facto isolado que originava usualmente a criação de uma Conferência Vicentina, aqui ou ali. Portugal pertencia à Europa do século XIX, em que nas populações crepitava a ansiedade da justiça devida aos direitos da pessoa, reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, direitos de que cada vez se ia dando mais conta.

A revolução francesa fora a explosão de sentimentos de revolta acumulados nas classes mais desprotegidas contra as consideradas privilegiadas.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo fora fundada por Ozanam e por ele modelada.

Ozanam defendia uma justiça social impregnada de um natural respeito cristão pela pessoa humana que ele naturalmente concretizava no reconhecimento de direitos cujo desrespeito originava a questão social tanto para ele valorizada, com a conseqüente pobreza de uns e riqueza de outros, provocando uma luta entre ricos e pobres, luta cuja solução estaria na caridade fundada em justiça, em justiça e caridade, só verdadeiramente vividas quando testemunho de uma fé lúcida e forte que aquecesse o gelo da indiferença e pusilanimidade de uma Igreja em que, por esses tempos, era gelado o “calor vital” dos que a formavam.

Ozanam formou as Conferências de S. Vicente de Paulo reunindo cristãos-leigos nessa Sociedade que fundou, cristãos simples e humildes, mas sobretudo disponíveis e sensíveis ao sofrimento e à pobreza resultantes de carências daqueles que não fruía dos direitos essenciais da pessoa.

A evolução até 1909

Vejamos a evolução da ação da Sociedade de S. Vicente de Paulo de 1904 a 1909, no País, quando perfaz 50 anos de existência.

De um modo geral, as Conferências de S. Vicente de Paulo existentes em 1904, 42 ao todo, como se apontou anteriormente, executavam as atividades usuais citadas.

Durante os anos que se seguiram, a Sociedade de S. Vicente de Paulo continuou a expandir-se no País e a diversificar a sua ação.

Assim, em 29 de junho de 1905, aproveitando a festa do glorioso Príncipe dos Apóstolos, foi fundada na Covilhã a sua terceira Conferência Masculina sob a natural invocação de S. Pedro, com 14 membros ativos e que adotou como processo de ação principal a visita domiciliária.

Eram as Conferências da Covilhã profundamente exemplares no cumprimento dos deveres cristãos, frequentando os sacramentos, visitando o Sagrado Lausperene aos domingos, dedicando-se a Conferência de Nossa Senhora de Lourdes, à visita às cadeias. Na Covilhã havia nessa altura 35 vicentinos que assistiam a 27 famílias.

Em 1905, na Covilhã nasceu em algumas Senhoras, o desejo de constituírem uma Conferência de Senhoras. E fundou-se então em 16 de novembro de 1905, uma Conferência Feminina – a Conferência de Santa Maria Maior, agregada bastante mais tarde, em 1913.

Na Covilhã, as Conferências passaram a realizar a catequese, explicando a jovens, de forma mais atraente e por processos novos, o catecismo, usando projeções luminosas.

Na Covilhã, havia assim 4 Conferências: Nossa Senhora de Lourdes (1899); Imaculada Conceição (1903); S. Pedro (1905); Santa Maria Maior (1905).

Também uma nova Conferência nasceu a 6 de janeiro de 1905, na Arquidiocese de Braga: a Conferência de Vila do Conde. A Conferência recebia apoio, carinho e estímulo da Vila, sendo o Dr. Alberto Pinheiro Torres Presidente desta Conferência, que ficou ligada ao Conselho Central do Porto, tal como sucedera com a Conferência da Covilhã.

A publicação do Manual completo da Sociedade de S. Vicente de Paulo

Em 1907, para além da fundação de duas Conferências no Porto, foi traduzido e publicado o Manual completo da Sociedade de S. Vicente de Paulo o qual incluía o Regulamento e as Circulares dos Presidentes Gerais, documento importante para a organização da Obra.

Os Congressos de Igreja e a Sociedade de S. Vicente de Paulo

Tinha-se por hábito, na Igreja daqueles tempos, realizar Assembleias ou Congressos esclarecedores e fomentadores da fé.

Em 1906, realizou-se em Lisboa o 1.º Congresso das Agremiações Populares Católicas, em 1907 realizou-se outro no Porto, em 1908, outro na Covilhã, em Braga em 1909, e em 1910, de novo no Porto.

Em todos esses Congressos, as Conferências de S. Vicente de Paulo eram referidas com grande apreço pelo seu espírito e ação, tendo o Bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, feito no Congresso realizado na Covilhã, uma referência muito clara sobre o valor na Igreja da ação de Caridade realizada pelas Conferências Vicentinas.

O 1.º Congresso Vicentino em Portugal

Os preparativos do Congresso

O motivo primário desta reunião forneceu-o a comemoração solene das “Núpcias de Diamante” da Sociedade de S. Vicente de Paulo a qual, naquele ano, completava o seu 75.º aniversário.

(...) Várias foram as respostas recebidas, dirigidas ao Conselho Central, cartas, umas de felicitação, outras de adesão, prometendo fazerem-se representar no Congresso, embora por justificados motivos o não pudessem depois fazer, as seguintes Conferências: Faro, Chaves, Guimarães, Vila Real, Bragança e Coimbra.

Receberam-se telegramas de saudação e de adesão às deliberações do Congresso, dos seguintes Srs.: Cláudio Dias Agostinho e Rosa, Presidente da Conferência de S. Pedro, da Covilhã; Coronel Soeiro de Brito, de Viana do Castelo; João Gualberto Gonçalves, Presidente da Conferência de S. Luís, de Lisboa.

As presenças no Congresso

De fora da cidade do Porto, compareceram outros vicentinos provenientes de:

(...) *Guarda* – Ver.do Sr. Cónego Monteiro Limão.

Covilhã – Ex.mo Sr. José Marques Braz Povo, Presidente da Conferência de Nossa Senhora de Lourdes, e representando também as Conferências da Imaculada Conceição e de S. Pedro; Revdo João Mendes Cardona.

O Conselho Superior Português

Uma das conclusões mais importantes do Congresso Vicentino foi a da imediata criação do Conselho Superior Português.

A necessidade deste Conselho, como unificador das Conferências de todo o país, já de há muito vinha sendo apontada. É certo, porém, que esse desejo se defrontava com dificuldades sérias, tornando-se um problema cuja solução parecia impossível, mas que a urgência da sua necessidade, levou à aprovação da indispensabilidade de existência de um Conselho Superior Português.

Ficou a cidade do Porto como primeira sede do Conselho Superior que se fundaria. Ficou, de resto, entendido que ficava reservado o direito desta sede se mudar para a capital quando isso se afigurasse possível e útil.

Em harmonia com as determinações, o Conselho Central do Porto enviou às Conferências do país outra circular, convidando-as a tomarem parte na eleição do presidente do futuro Conselho Superior, tendo sido proposto o nome do Dr. Ayres Borges.

Desta eleição se deu conhecimento ao Conselho Geral, o qual se apressou a enviar a respetiva *Carta de Instituição do Conselho Superior de Portugal*, e que tem a data de 6 de junho de 1908. O ato eleitoral efetuou-se no dia 26 de junho – Festa do SS. Coração de Jesus – em uma sala da Associação Católica, e dele saiu eleito o antigo presidente do Conselho Central, Dr. Ayres Borges.

Transcrição da Circular do Conselho Central aos Presidentes das Conferências

Ex.m^o Snr. e Caro Confrade

Porto, 26 de Junho de 1908

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a que, em conformidade com a circular, dirigida a V. Ex.^a, teve lugar hoje, pelas 4 horas da tarde a eleição para a 32^{és}32^{ndo}32^{ia} do Conselho Superior.

Reunida a Mesa da Direcção do Conselho Central, e achando-se representadas por cartas, 32^{és}32^{ndo} à escolha do mesmo Conselho Central, as Conferencias de Braga, Chaves, Guimarães, Vianna, Bragança, Lisboa (S. Luiz), Mattosinhos, Gaya, Covilhã (32^{és}), Mafamude, S. Thyrsó e Pedroso; e estando presentes os presidentes das Conferencias de Penafiel e Villa Nova de Famalicão, e diversos membros representando as suas respectivas Conferencias do Porto, foi aberta a sessão, declarando o Snr. Presidente que o fim desta reunião era eleger, em conformidade com o nosso Regulamento, um presidente para o futuro Conselho Superior. Foi apresentada uma proposta de um dos membros presentes, para que esta eleição se fizesse por aclamação, proposta esta que foi plenamente aprovada. Foi, assim, eleito para o dito cargo de presidente do Conselho Superior o Ex.m^o Snr. Dr. Ayres Borges; o que participo a V. Ex.^a para os devidos efeitos.

Deus guarde a V. Ex.^a

*O Secretario do Conselho Central
Antonio Luiz Falcão.*

O Boletim Português Vicentino

Uma outra consequência de capital importância, que do Congresso derivou para o futuro das Conferências do nosso país foi, de acordo com a 6.^a conclusão, a criação do Boletim Português. As vantagens de tal publicação eram óbvias, como elemento de propaganda e como elemento de unidade e coesão. Por esse motivo o Conselho Central achou prudente não adiar a sua fundação, e, logo em princípio de junho, pôs o 1.^o número do *Boletim* em circulação.

De então para cá o *Boletim Português* tem prosseguido com toda a regularidade a sua publicação, devendo ao *Boletim Brasileiro*, tão instrutivo, a amabilidade da permuta.

A sua distribuição é gratuita, para que possa chegar às mãos das pessoas de menos recursos. Por esse motivo, impende às Conferências a obrigação de concorrerem com a sua quota-parte para as inevitáveis despesas e, felizmente, poucas deixaram de cumprir o seu dever.

O n.^o 1 do *Boletim Portuguez* é de Junho de 1908.

Também o ramo feminino da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal

Também as Conferências Femininas afirmavam, nas suas atividades, a sua existência: 6 Conferências até 1909, atuando 4 no Porto, 1 em Angra e 1 na Guarda, existindo no Porto a coordenar a ação das Conferências Femininas da diocese, um Conselho Particular desde 1900.

Não existia, no ramo feminino, Conselho Superior. Apenas existia um Conselho Particular. No entanto, a Conferência de Nossa Senhora do Carmo, por ter sido a primeira a ser fundada no ramo feminino, assumia-se como a representante das quatro existentes.

Quadro Estatístico Cronológico das Conferências Existentes

	Até 1900	Até 1904	Até 1908
Em Lisboa	4	= 4	+ 4 = 8 + 1 Cons. Particular
No Funchal	1	= 1	+ 1 = 2 + 1 Cons. Particular
Em Braga (Vila Real, Viana do Castelo, Chaves, Guimarães)	6	= 6	+ 3 = 9 + 1 Cons. Particular
No Porto	15 Conf. Masc. + 1 C. Central + 1 C. Part. 4 Conf. Fem. + 1 C. Part. Feminino	+ 4 = 19 Conf. Masc. = 4 Conf. Fem.	+ 10 = 29 (Masc.) + 1 Cons. Superior = 4 (Fem.) = 33
Na Guarda	2 (1 na Guarda e 1 na Covilhã)	+ 1 (Covilhã) = 3	+ 1 Masc. = 4 + 1 Fem. = 1 = 5
Em Coimbra	1 (Jovem)	= 1	= 1
Em Leiria	1	= 1	= 1
Em Beja	-	-	+ 1 = 1
Em Viseu	-	+1 = 1	= 1
No Algarve	-	-	+ 1 = 1
Em Angra	-	+ 1 = 1	= 1 + 1 Fem. = 1 Fem. = 2
Em Bragança	1	= 1	= 1
Em Cabo Verde	-	-	+ 1 = 1
TOTAIS	35 Conferências	42 Conferências	+ 24 = 66 Conferências (60 Masc. e 6 Fem.)
	1 Cons. Central Masc. no Porto 1 Cons. Partic. Masc. no Porto 1 Cons. Partic. Fem. no Porto 1 Cons. Partic. Masc. em Lisboa	1 Cons. Central Masc. no Porto 1 Cons. Partic. Masc. no Porto 1 Cons. Partic. Fem. no Porto 1 Cons. Partic. Masc. em Lisboa	1 Cons. Superior – Masc. (Porto) 1 Cons. Central – Masc. (Porto) 5 Cons. Part. – 4 Masc. (Porto, Funchal, Braga, Lisboa) 1 Fem. (Porto)

CAPÍTULO V

A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL

1910 – 1915

As Conferências Vicentinas portuguesas e o clima sócio-político em Portugal, em 1910

A população do País, de 1878 a 1911, quase duplicou. A comercialização da produção agrícola acentuou o desnível entre proprietários e operários rurais. A população, saindo do campo para a cidade, não conseguia suficientes postes de emprego. A industrialização portuguesa não acompanhara o surto de ativação económica desencadeada pela rede de transportes. A descapitalização, a timidez empresarial, a exiguidade do mercado consumidor, o suprimento das necessidades internas com o recurso à importação, são características da vida do povo português neste passo da sua história. A emigração sobretudo para o Brasil, era crescente. E, aumentava o interesse pelas potencialidades económicas da África Negra, interesse pelo qual Portugal terá sido dos primeiros países europeus a ter sido motivado a procurar África.

O Mapa Cor-de-rosa – designação proveniente da cor rosa com que aparece colorida a faixa do Mapa de África que vai de Angola a Moçambique, era a área africana sobre a qual os países europeus manifestavam o seu interesse de exploração económica, embora Portugal lhe juntasse candidamente propósitos de civilização e missão cristã.

O *Ultimatum* inglês para que as tropas portuguesas se retirassem de alguns terrenos ocupados, obrigou o Governo a ceder a essa exigência em África, o que desagradava ao povo, aguardando uma decisão internacional justa.

Tudo foi contribuindo para a existência em Portugal de um clima de insatisfação, que jornalistas e estudantes agudizavam, tendo o *Ultimatum* sido um auxílio oportuno ao Partido Republicano que assim reuniu partidários contra o governo, composto de ministros de uma monarquia que surgia cada vez mais ameaçada e menos eficaz, multiplicando-se as manifestações contra ela, como aconteceu por altura da realização da Conferência de Berlim. Continuando, Engels e Marx apelavam para os operários: *“Operários de todos os países, uni-vos”*... com reivindicações de justiça social que eram feitas: *“oito horas de trabalho para adultos e seis para crianças; abolição do trabalho noturno; responsabilidade dos patrões pelos desastres no trabalho; proteção à velhice; etc...”*.

Os protestos vinham, também, das camadas da população que lia jornais, com as invetivas contra o rei, embora a classe média não estivesse identificada com eles. Mas o que desejavam todos, afinal, era um ressurgimento nacional que teria como ponto de partida o fim da monarquia.

E, no dia 5 de outubro de 1910, um suplemento do Diário do Governo anunciava: *“Hoje, 5 de outubro de 1910, às onze horas da manhã, foi proclamada a República de Portugal na sala nobre das Raças, do Município de Lisboa, depois de terminado o movimento da revolução nacional”*.

Após a implantação da República em Portugal

Logo após a implantação da República, depois de 1910, o governo marcou as suas atitudes anti-Igreja.

Foram anos talvez em que, no País, terão mesmo atingido a sua fase mais aguda, os conflitos entre o Estado e a Igreja.

Logo em 1910, a legislação suscitara alguns graves conflitos pelos privilégios seculares da Igreja, o que originou, designadamente, a expulsão dos Jesuítas, o encerramento dos conventos, a suspensão de Bispos, como o de Beja.

Foi o caso do problema criado com o já tão idoso, bondoso e respeitado Bispo do Porto, D. António Barroso que, chamado a Lisboa, foi vaiado e enxovalhado pelos populares que se sentiam protegidos pela polícia no ataque à Igreja e seus Bispos. D. António Barroso foi destituído.

Ainda em 1911, o Decreto de 20 de abril estabeleceu os limites e separação dos poderes entre a Igreja e o Estado, lei que até correligionários dos instauradores da República, como Guerra Junqueiro, consideravam que era *“estúpida”* e ia *“ferir o sentimento do povo português”*.

Com a constituição de 1911, os sucessivos governos não conseguiam a acalmia do País e a resolução dos problemas instantes da administração bem como a melhoria das condições essenciais à paz social.

Em 1912 acusavam-se as autoridades religiosas de adulterarem as Leis da Família, tendo mandado sair do País o Encarregado dos Negócios da Nunciatura, mandando castigar os prelados que não aceitavam as associações civis na administração das paróquias. A perseguição atingiu o Cardeal D. António Mendes Bello, os Bispos de Beja (já afastado), Lamego, Guarda, Évora, Bragança, e D. António Barroso, Bispo do Porto, como acima se referiu.

Em 1913 acirrou-se a luta contra a Igreja porque o Governo proibiu a residência a dezenas de presbíteros por mais de três meses nas áreas dos respetivos concelhos e zonas limítrofes.

Seguiram-se numerosas expulsões e perseguições cada vez mais violentas.

Mas a Sociedade de S. Vicente de Paulo, por exemplo, sentiu e acompanhou com indignação, o regicídio de 1 de fevereiro de 1908 que vitimou o Rei D. Carlos e o Príncipe S. Luís Filipe, deixando ligeiramente ferido o Infante D. Manuel. Do mesmo modo, depois da subida ao trono de D.

Manuel, as mudanças sucessivas dos ministérios de Franco, Ferreira do Amaral e os seguintes, embora usando uma política liberal e condescendente, não tiveram a força necessária impeditiva da eclosão do 5 de outubro de 1910. Mas a aliança dos revoltosos carbonários, o povo vindo de todos os pontos da cidade, mesmo soldados de todos os quartéis e toda essa agitação no País, não perturbaram grandemente a vida da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal dominada apenas pelos seus compromissos e projetos.

Historicamente, tudo ia acontecendo no País, mas a Sociedade de S. Vicente de Paulo atravessava quase incólume esse mar agitado...

A Sociedade de S. Vicente de Paulo e os tempos difíceis no País com a implantação da República

Anos de intranquilidade em Portugal se sucederam à implantação da República.

Para a maioria das classes trabalhadoras, a República, ao contrário do que esperavam, não trouxe melhores salários, menos horas de trabalho, preços mais baixos, especialmente do bacalhau e do pão. O descontentamento dos trabalhadores cresceu, daí resultando as greves e encerramento pelos governos, das organizações operárias, criando-se um estado de guerra latente entre os trabalhadores e os republicanos, seus fiscalizadores. O desemprego subia, tal como a emigração.

A Constituição de 1911 criou um corpo legislativo centralizado e um governo fraco que nada conseguiu resolver. Aliás, sucederam-se governos sobre governos, conspirações, banditismo, intranquilidade nas ruas, designadamente com os chamados motins do pão, tudo agravado pelas despesas da Guerra que subiam, à medida que Portugal se via obrigado a enviar mais tropas e equipamento para França, sendo igualmente dispendiosas as expedições para Angola e Moçambique, despesas só suportadas com o empréstimo feito pela Grã-Bretanha de 3.000.000 de libras que obrigou Portugal a declarar guerra à Alemanha, ainda que em África, Portugal já estivesse em guerra com a Alemanha Imperial.

Foi sangrento, por exemplo, o “14 de maio”, tão sangrento que se dizia que *“o País não pode resistir a outro abalo tão profundo como o de 14 de maio”* de 1915, em que houve, pelo menos, 150 mortos e 1.000 feridos em Lisboa, Santarém e Porto, com bombardeamentos da capital por navios de guerra. Mas, pior que isso, era a anarquia em que se vivia, o desassossego, a fome.

As Conferências de S. Vicente de Paulo sobreviveram e até se multiplicavam, ainda que cautelosamente, e conscientes da coragem necessária para cumprirem a sua missão de alívio de sofrimento e pobreza que eram gritantes. Paradoxalmente, quanto mais difícil e mais anárquico era o clima político no País, mais se afavorava a fé e a vocação de caridade dos vicentinos em Portugal.

(...) Mesmo quando Sidónio Pais foi eleito Presidente da República, nem sequer teve resultados salutareos o seu desejo de perdoar a muitos prisioneiros atendendo ao choro de mulheres e filhas que pediam a libertação dos seus familiares. O ambiente no País não era pacífico, apesar da atitude populista de Sidónio, mesmo com as Sopas dos Pobres fundadas, como a de Sintra, Mouraria e outras em que os vicentinos davam apoio.

A grande inquietação, as dissidências e faltas de bens essenciais e de paz, a deflagração da I Grande Guerra Mundial, que viria a ocorrer em 1914, a epidemia de tifo no País, o bombardeamento por um submarino alemão do Funchal o desastre que veio depois de La Lys em que pereceram 317 oficiais e praças do Corpo Expedicionário Português, tudo contribuiu para o ambiente de desassossego, medo e inquietação. Seria natural, efetivamente, que os acontecimentos políticos tivessem graves repercussões económicas e sociais, perturbações que afetassem a vida das instituições e obras da Igreja, como era o caso das Conferências e Conselhos Vicentinos em Portugal, mesmo pelos ataques que foram feitos à Igreja, e dificuldade do seu apostolado e ação sócio-caritativa.

No Relatório relativo à Sociedade de S. Vicente de Paulo do ano 1910 pode ler-se que: *“ao proceder-se aos trabalhos preliminares deste relatório, isto é, numa época um pouco afastada já do termo do ano, pudemos verificar a certeza de que a crise apenas tocara pela rama as nossas Conferências.”*

A grande maioria mantém as primitivas posições sendo que algumas até marcam um progresso sensível e consolador que contrasta com o desânimo em que mergulharam certas obras católicas.

Conferências houve que, impelidas por circunstâncias irresistíveis, tiveram de suspender os seus trabalhos de caridade; no momento atual, porém, voltaram já às fileiras, devidamente reorganizadas... e... muito mais nos comove o facto da criação de novas obras, num período tão avesso a empreendimentos deste carácter.”...

Como é natural, o clima sócio-económico, em consequência dos sucessivos incidentes que antecederam e se deram quando da implantação da República em Portugal, em outubro de 1910, perturbou alguma ação da Sociedade de S. Vicente de Paulo no País. Mas, curiosamente, como se disse, não tão profundamente como poderia pensar-se. É que a República surgiu em Portugal quando a vida vicentina se enriquecera e fora estimulada pelas comemorações jubilares e, sobretudo, pelo Congresso Vicentino realizado no Porto, em maio de 1908, bem como pelos Congressos das Agremiações Populares Católicas realizados em Lisboa, em 1906, no Porto em 1907, na Covilhã em 1908, em Braga em 1909 e, de novo no Porto em 1910.

As Conferências Vicentinas Portuguesas de 1910 a 1915, diocese por diocese

DIOCESE DA GUARA

Na Diocese da Guarda, embora antes tenha havido uma tentativa gorada de introdução, nessa diocese, da Sociedade de S. Vicente de Paulo – relembremo-lo – foi em 1 de novembro de 1891 que surgiu a primeira Conferência – a Conferência de S. Luís Gonzaga, a Conferência da Cidade, como era conhecida. Conferência só agregada em 17 de maio de 1909, tendo estado, no entanto, representada – o que revela a sua consciência já da dimensão e força da Sociedade no mundo, na Assembleia Geral realizada no Porto (a cujo Conselho estava ligada), em 1909.

Tinham, entretanto, sido fundadas na Covilhã, portanto na Diocese da Guarda, mais 4 Conferências – a de Santa Maria Maior que iniciara as suas atividades em 1899, em 12 de novembro, logo agregada em 18 do mês seguinte; a Conferência da Imaculada Conceição, que nasceu em 19 de março de 1903, agregada em 20 de fevereiro de 1905; e a Conferência de S. Pedro, que surgiu em 29 de junho de 1905, e que foi agregada em 1906.

--- /// --- FALTA UMA... ---/// ----

Em 1910 já funcionava, na Covilhã, o Conselho Particular que ia contudo encontrando dificuldades na coordenação das Conferências que a ele estavam ligadas. É que tinha poucos membros ativos – apenas 34, para tão grande ação. O Conselho Particular da Covilhã dependia do Conselho Central Masculino do Porto, tendo sido nessa altura que o Conselho da Covilhã, por sugestão do Prelado, reuniu as Conferências da Covilhã numa só, pelo que no Mapa Estatístico do Conselho do Porto, no que se refere à Diocese da Guarda, apenas 2 Conferências foram indicadas; a da Guarda e a da Covilhã, esta resultante da fusão das existentes.

Em 1911 surgiu ainda a Conferência de S. Martinho, pelo que seriam já 5 as Conferências da diocese.

A Conferência da cidade da Guarda, em 1909, perdeu também alguns membros, tendo-se, de certa maneira, ressentido também dos acontecimentos políticos, ainda que os seus confrades tivessem continuado a assistir as famílias pobres cujo número em 1910 ainda se manteve pelos 45.

Em 1911, tivera de suspender as suas atividades repartindo a quantia de 123\$620 réis que os seus benfeitores lhe tinham confiado, por 35 famílias. Contudo, voltou a funcionar com elementos novos que, em 1913, eram já 14 e que visitavam 17 famílias assumindo-se como uma Conferência nova.

Levavam estes confrades, por altura das visitas, “vales” de géneros de primeira necessidade, como arroz, trigo, leite, bacalhau e azeite, assim como roupas e até dinheiro quando ocorria uma necessidade urgente, que só assim poderia ser resolvida.

E é o presidente da Conferência da Guarda que, no Relatório de 1915, escrevia: *“Sumamente é-nos grato verificar que a proteção de Deus continua a manifestar-se por forma bem sensível*

sobre esta nossa humilde Conferência” já então com 20 confrades visitando 30 famílias, dando-lhes socorros no valor de 344\$805 réis.

Ainda nesta diocese, em 20 de novembro de 1913, foi criada a Conferência Feminina de Nossa Senhora da Serra, em Castelo Novo, no Fundão, que só foi agregada em 1947.

A Covilhã, ao longo destes anos, manteve com regularidade o seu labor vicentino, coordenado até então pelo Conselho Central do Porto e depois pelo Conselho Particular fundado em 3 de dezembro de 1910, instituído em 4 de novembro de 1915, tudo consequência do Congresso ali realizado.

Este Conselho ligava as Conferências da Imaculada Conceição, de Santa Maria Maior, de S. Pedro e a de S. Martinho, esta já fundada em 19 de fevereiro de 1911, com um total de 28 membros socorrendo 24 famílias, agregada em 22 de maio de 1911.

Na Diocese de Portalegre, em 3 de julho de 1914, formou-se uma Conferência em Vila de Rei.

Panorama Estatístico da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, até 1915

Conselhos

Ramo Masculino

Tipo	Sede	Data da Fundação	Data da Agregação
Particular	1 Covilhã	03/12/1910	04/06/1911

Conferências

Ramo Masculino

Local	Conferências	Membros	Famílias
Guarda	2	34	44

Ramo Feminino

Local	Conferências	Membros	Famílias
Guarda	1	18	26

CAPÍTULO VI

A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL

1916 – 1920

A instituição do Conselho Central de Lisboa (Masculino)

Teve também consequências muito positivas a fundação do Conselho Central Masculino de Lisboa, em 24 de julho de 1916, tendo o Conselho Geral reconhecido a oportunidade e validade da sua criação, passando-lhe a carta de instituição logo em 6 de agosto.

Embora existindo em Lisboa, desde 1884, um Conselho Particular, este nunca teve qualquer ação. Só o Conselho Central Masculino de Lisboa, instituído em 1916, veio contribuir para a sensibilização dos cristãos leigos dessa Diocese à vocação e missão vicentinas dos seus membros, que iam até junto dos pobres divulgando a identidade da sua ação, o exemplo do fundador, Frederico Ozanam, e do Patrono, o que fez nascer muitas Conferências.

Foi escolhido para Presidente do Conselho Central de Lisboa, o Dr. A. Lino Neto que nomeou: (...) Tesoureiro: José Braz Povo.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, durante o ano 1917

O ano de 1917 foi um ano de más colheitas, de fome mesmo, em Portugal, agravada a situação pelos efeitos da guerra 1914-1918, que chegavam de toda a Europa.

- As 5 Conferências da Guarda (1 na Guarda e 4 na Covilhã), coordenadas pelo Conselho particular da Covilhã.

No Relatório desse Conselho, desse ano, lia-se: “Mas, quantas lágrimas se não enxugaram, quantas fomes não se saciaram, quantos desesperos não se evitaram?”. Aí continuaram a funcionar 2 Conferências Femininas.

- Em Portalegre, a Conferência de Vila de Rei e a da Sé, as únicas da diocese que continuavam em atividade.

A Grande Guerra de 1914-1918 e os tempos difíceis continuavam a ser vividos em Portugal

O País não conseguiu evitar a sua intervenção na Grande Guerra de 1914-1918.

Portugal viu-se mesmo obrigado a lutar com uma das nações beligerantes, naquele conflito, apesar de internamente o desassossego político continuar, com os governos sucedendo-se, tornando escaldante o ambiente do País, com as conseqüentes situações de inconformação, de tristeza, de dificuldades económicas e inquietação da população. Gracejando, Clemenceau dizia: “Portugal é o único país da Europa que se permite ter crises políticas internas nesta hora grave”. Mas, a Sociedade de S. Vicente de Paulo mantinha-se atenta, atuante e disponível para os casos de sofrimento mais gritantes que ocorriam.

Não só a Grande Guerra de 1914-1918 ocorreu e atingiu, de forma perturbante, Portugal, como a ele foram chegando as novas ideias subversivas do comunismo implantado na Rússia (????????????), após a Revolução ali deflagrada em 1917, em que foi expulso o Tsar, mudando o regime. Essas ideias vieram fortalecer em Portugal as reivindicações operárias e a perturbadora luta contra a Igreja de Cristo e seus Representantes – Bispos, Padres e Religiosos consagrados ou quaisquer fiéis da Igreja Católica. Naturalmente que a Sociedade de S. Vicente de Paulo foi tocada por tal mudança.

As aparições de Nossa Senhora de Fátima

Só que em Portugal, Nossa Senhora apareceu em 1917.

Se os tempos iam, em Portugal, contra a Igreja e seus movimentos, foi, no entanto, em 1917, que ocorreram neste País, depois da festividade da Ascensão, as aparições de Nossa Senhora, em Fátima.

Naturalmente que as aparições foram contestadas e causadoras de reações de incrível agressividade, como por exemplo, a do próprio Administrador de Vila Nova de Ourém, e alguma imprensa, assim como, de perseguições movidas contra os videntes e de grande incredulidade que atingiu a violência e a mofa, tudo que afinal, vinha contribuindo para o afervoramento da fé dos católicos. Entre esses, podemos contar com os membros da Sociedade de S. Vicente de Paulo, em Portugal, deste País que foi tocado pela graça das aparições de Nossa Senhora que, mais que nunca, foi reconhecida como Rainha de Portugal, como Padroeira desta terra que se sentiu sempre abençoada por Maria e, por isso, se quer chamada Terra de Santa Maria.

Os vicentinos desta terra de Santa Maria, sentiram bem e viveram profundamente as aparições de Nossa Senhora, estimulando-se a sua vocação e missão, apesar de quanto de negativo ia ocorrendo à sua volta.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, em 1918

As Conferências com aparente indiferença pelas ocorrências políticas, permaneceram na sua missão, o que sucedia nas várias dioceses, como se exemplifica:

Na Guarda, continuaram as suas Conferências a sua missão e neste ano de 1918 viviam felizes porque terminara a Guerra e vivia-se a esperança de ver regressar da sua missão de Capelão militar, o Rev.do José Patrocínio Dias para com o seu exemplo e palavra, animar os vicentinos da Guarda.

Em 1919, a Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal

Na Diocese de Portalegre, também se notava maior atividade vicentina, tendo sido fundadas 8 Conferências Masculinas: em Castelo Branco, em Mação, em Cernache do Bom Jardim, em Sobreira Formosa, em Sobral do Campo, em Alcains e em Abrantes. (São só sete...)

Podemos, em síntese, apontar que em 1919 havia 167 Conferências Vicentinas em Portugal, 153 Masculinas e 14 Femininas:

No Algarve – 4 Conferências Masculinas;
Em Angra – 2 Conferências Masculinas e 1 Feminina;
Em Beja – 1 Conferência Masculina (suspensa);
Em Braga – 33 Conferências Masculinas e 5 Femininas;
Em Bragança – 1 Conferência Masculina;
Em Cabo Verde – 1 Conferência Masculina (suspensa);
Em Coimbra – 1 Conferência Masculina, de jovens;
Em Évora – 1 Conferência Masculina;
No Funchal – 24 Conferências Masculinas;
Na Guarda – 5 Conferências Masculinas e 2 Femininas;
Em Leiria – 1 Conferência Masculina (rural);
Em Lisboa – 21 Conferências Masculinas;
Em Portalegre – 7 Conferências Masculinas;
No Porto – 48 Conferências Masculinas e 6 Femininas;
Em Vila Real – 2 Conferências Masculinas;
Em Viseu – 1 Conferência Masculina.

A ação vicentina foi-se diversificando

Antes, era apenas através da visita domiciliária que a Sociedade realizava a sua ação, levando aos pobres quase sempre em “vales” ou “senhas” quanto podia oferecer para compensação de muitas carências. Nos anos 20, começou a diversificar-se a sua ação. A primeira diversificação verificou-se na visita: para além da domiciliária, passaram a visitar os reclusos nas cadeias e os doentes nos hospitais. Foi-se associando às dádivas de alimentos e de roupa para o corpo, as fartas dádivas de alimento para a alma, fazendo insistentemente a catequese, meditações enriquecedoras do espírito, e ainda realizando as diligências para a legalização pelo casamento de uniões, para a legitimação dos filhos, e moralização das famílias.

As Conferências Vicentinas em Portugal, apesar de rodeadas por grande inquietação

A situação económica das Conferências em Portugal não era desafogada nem havia tranquilidade no País. Efetivamente tinham terminado a Grande Guerra e as lutas internas após a implantação da República, tendo-se seguido a regência do País por vários governos de ideologias diversas que não conseguiam serenar o povo. Apareciam mesmo quixotescas tentativas de reimplantação da Monarquia, como foi o caso episódico da Monarquia do Norte. Lutas sangrentas e assassínios agitavam o povo português, como foi o dramático 19 de outubro de 1920 em que foram mortos vários destacados políticos. Em Portugal, de 1920 a 1926 viveram-se das fases mais agitadas da história, na verdade.

Naturalmente que este ambiente gerava graves situações financeiras e sociais, fazendo crescer dramaticamente a intranquilidade nas famílias, o desemprego, os mais variados problemas sociais, e pobreza.

Vemos nesta altura aparecer a desvalorização da moeda, a luta dos operários reclamando melhoria de salários, tudo isso acompanhado de uma violência que chegava ao uso da bomba. No meio desta perturbação, as Conferências Vicentinas mantinham-se discretamente atentas embora rodeadas de constante inquietação, mas fundando-se mesmo Conferências novas, em zonas diferentes das usuais, até onde a agitação estava mais acesa.

As Conferências fundadas em 1920

Na Guarda, 1 Ramo Feminina.

CAPÍTULO VII

A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL

1921 – 1926

A instabilidade política vivida em 1921 em Portugal e a Sociedade de S. Vicente de Paulo

O clima político do País não se aquietava. A monarquia do Norte aguentara-se só de 19 de janeiro a 13 de fevereiro de 1919 tendo as restantes cidades do Norte capitulado logo que o Porto caiu. Uma dura guerra civil de cinco semanas ocorreu no País. Houve novas prisões. Houve fugas. Mas a causa monárquica ficou definitivamente comprometida, tendo esta curta guerra trazido à superfície outros problemas, como por exemplo, os direitos dos católicos, a lei e a ordem.

Aliás, era grande o receio de uma intervenção estrangeira em Portugal e era o próprio Ministro americano no nosso País, Coronel Thomas Birch que admitia, e propunha mesmo um protetorado aliado em Portugal.

Mas, decerto que felizmente e, apesar da grande influência do Presidente americano Wilson, sobre quem as opiniões em Portugal de dividiam, porque a influência inglesa era maior que a americana e, até pelo medo das ameaças do bolchevismo em Portugal, não houve qualquer intervenção no nosso País.

A República foi sobrevivendo, ainda que com níveis económicos mais baixos nos anos de 1919 e 1920. O escudo continuava a desvalorizar-se. Os Bancos faliam. O défice orçamental era dramático. A instabilidade governamental intensificava-se. Os Congressos eram dissolvidos antes de perfazerem a sua duração legal de três anos. O Presidente António José de Almeida dissolveu o novo Congresso em outubro de 1921, devido a uma insurreição militar. De 1921 a 1926 houve dez tentativas de golpe de estado. Em 1921, recebeu-se mesmo pela democracia. A Guarda Nacional Republicana foi equipada com artilharia e armamento pesado e servia de amparo à população, manutenção da ordem e até defesa contra um exército de lealdade e capacidade duvidosas.

As conspirações continuavam. Os ministérios continuavam a cair. A violência surgia de quando em vez. E, se um ministério tentava reconciliações políticas, mesmo com a Igreja, logo surgiam reações de repulsa... chegando-se mesmo ao assassinio.

Em outubro de 1921, o Presidente do Ministério, António Granjo, e mais quatro importantes figuras políticas, foram assassinadas, e outros mais estavam indigitados para o mesmo: Barros Queiroz, Tamagnini Barbosa, e o grande industrial da Companhia União Fabril (CUF), Alfredo da Silva. Após aquele crime que escandalizou o País e o mundo, seguiu-se um tempo de algum sossego, tendo surgido o grupo Seara Nova, formado por intelectuais, entre os quais o Prof. António Sérgio, com o objetivo de “renovação da mentalidade da elite portuguesa, tornando-a capaz de um verdadeiro movimento de salvação e de criação de uma opinião pública nacional que pedisse as reformas necessárias e as apreciasse”.

Presidiu a esse Governo de estabilidade António Maria da Silva, em 1923, a paz foi interrompida, surgindo nova crise política.

Fundavam-se mais Conferências Vicentinas em Portugal

- 1 na Guarda ligada ao Conselho Particular da Covilhã, no Fundão (28 de junho).

A Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal em 1922 **Os primeiros passos do Processo de Beatificação de Frederico Ozanam**

O ano de 1922 foi assinalado, também, na Sociedade de S. Vicente de Paulo, pelos primeiros passos do processo de Beatificação de Frederico Ozanam.

Conferências fundadas em 1922

Conferências Femininas

- Na Guarda: 1 Conferência – Conferência de Santa Isabel, em S. Romão (Seia), fundada em 20 de agosto, agregada em 7 de novembro de 1926.

Assim, em 1922, funcionavam já em Portugal, 15 Conferências Femininas com 302 membros, realizando uma notável ação coordenada e dinamizada, a nível nacional, pelo Conselho Superior Feminino com sede no Porto:

- Na Guarda: 4 Conferências – Conferência da Covilhã, Conferência de Castelo Novo (Fundão), Conferência de Loriga, Conferência de Santa Isabel (Seia), com um total de 36 vicentinas.

Recordando passagens da caminhada das Conferências Vicentinas em algumas dioceses até 1923

- Na Diocese da Guarda

A Conferência da cidade mantinha a sua atividade; na Covilhã as Conferências que se tinham unido formando uma só, tiraram tal resultado dessa união que, de novo, se reorganizaram as anteriores 4 Conferências, tendo-se constituído uma Comissão que orientava a ação junto dos doentes tuberculosos, restabelecendo-se com aprovação do Conselho Superior – o Conselho Particular da Covilhã, cujo Presidente era o Dr. António Vaz de Macedo, sendo Presidente da Conferência de Nossa Senhora da Conceição, Claudino Dias, Conferência com 37 vicentinos e 11 famílias assistidas; de Santa Maria – Dr. Almeida Eusébio, Conferência com 25 vicentinos e 9 famílias assistidas; de S. Pedro – Joaquim Monteiro Pacheco, Conferência com 22 vicentinos e 8 famílias assistidas; de S. Martinho – Inocêncio Pereira Barata, Conferência com 17 vicentinos e 8 famílias assistidas.

Na Covilhã, onde em 1921, por sugestão do Bispo, as 4 Conferências se tinham fundido numa só, como já se disse, o resultado obtido foi tão positivo que elas em 1923 já tinham voltado a funcionar separadamente, tendo sido restabelecido também o funcionamento do Conselho Particular.

As Conferências Vicentinas em Portugal em 1924

Foram 25 as Conferências fundadas em 1924:

20 Conferências Masculinas:

- 3 na Guarda

e 5 Conferência Femininas:

- 1 na Guarda (Pinhel)

As Conferências Vicentinas fundadas em Portugal em 1925 e os Conselhos instituídos

Foram 10 as Conferências Masculinas fundadas:

- 2 na Guarda:

- Conferência em Alpedrinha (26/11/1925);

- Conferência em Donas (15/01/1925).

Aspetos da vida vicentina nos últimos anos 20 do século XX

Na Covilhã:

Foi fundado, em 30 de agosto de 1925, o Grupo Nun'Álvares, formado por escuteiros, o que resultou de iniciativa das Conferências locais, aparecendo Conferências em Donas e Alpedrinha.

CAPÍTULO VIII
A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL

1927 – 1932

Assim decorreu o Congresso no Porto, nos dias 26,27,28 e 29 de maio de 1927

De facto, nos dias 26, 27, 28 e 29 de maio, teve lugar no Porto o terceiro Congresso das Conferências de S. Vicente de Paulo em Portugal.

(...) Depois de recitadas as orações, foi pedida a palavra pelo Presidente do Conselho Superior que apresentou ao Revdo Cónego Pereira Lopes os seus agradecimentos pela honra dispensada ao Congresso de vir presidir e dirigir os seus trabalhos e deu as boas vindas aos confrades que “acudiram” ao convite de vir tomar parte no Congresso, alguns de bastante longe: Lisboa, Évora, Portalegre, Covilhã, Viseu. (...). O Conselho Particular da Covilhã, as quatro Conferências desta cidade e a de Tortozendo tiveram um confrade da Covilhã a representá-las. (...)

A primeira Peregrinação Nacional Vicentina a Fátima

A primeira Peregrinação Nacional Vicentina a Fátima teve lugar em 12 e 13 de agosto de 1928.

Panorama geral da Sociedade de S. Vicente de Paulo após 70 anos de implantação em Portugal, isto é, em 1929

No ramo masculino tinham-se fundado um total de 306 Conferências, assim distribuídas:

- GUARDA - 15

Existiam 20 Conselhos Masculinos:

- 11 Conselhos Particulares Masculinos:

- *Covilhã, fundado em 1910*

No ramo feminino, tinham-se fundado um total de 56 Conferências, assim distribuídas:

- *Guarda* - 8

O ano de 1932 foi um ano de grande espiritualidade vicentina

A Peregrinação Vicentina a Fátima foi presidida pelo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, tendo ali estado presente o Bispo de Leiria. Estiveram em Fátima quinhentos peregrinos vicentinos provenientes (...) de Braga, vieram da Conferência de Famalicão, como vieram de Lamego, da Guarda, do Fundão, de Évora e de Elvas. Trezentos vieram do Porto, e cerca de mais cem vicentinos de Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Ourém, Mangualde, Fundão, Covilhã, Faro, Elvas, etc., assim como os Presidentes e membros do Conselho Superior, dos Conselhos Centrais Masculinos de Lisboa, Porto, Coimbra, Algarve e Leiria, dos Conselhos Particulares de Lisboa, Porto, Torres Novas e Covilhã. (...)

Crescimento das Conferências de S. Vicente de Paulo

As Conferências de S. Vicente de Paulo sem dúvida que atravessavam em Portugal uma fase de franco crescimento, para o que o estímulo da Hierarquia da Igreja muito contribuía.

Em Castelo Branco, o relatório apontava a ação da sua Conferência, fundada em 1919, que já visitava em 1931, cerca de 60 famílias, tendo o número aumentado, pois eram antes só 22, e o mínimo que por semana distribuíam por cada família era pão, feijão, arroz, bacalhau, massa, carne, leite, e ainda davam vestuário, roupa de cama, pagando rendas de casa, funerais, etc.

Foi neste ano também que a Conferência criou a Sopa dos Pobres.

Na Covilhã, o seu Conselho Particular além das anteriores Conferências Masculinas, paroquiais de Santa Maria, Nossa Senhora da Conceição, S. Pedro e S. Martinho incluiu mais uma Conferência de escuteiros, outra de operários, e uma de Tortozendo, que de dedicavam à catequese, adoração noturna, visita ao hospital e à cadeia, reunindo-se as Conferências nas Assembleias Regulamentares, tendo, na da Quaresma, tomado as resoluções seguintes:

- pedir às autoridades melhor vigilância, impedindo menores de entrarem em casas de prostituição;

- instar junto dos párocos do arciprestado para que fundem Conferências de S. Vicente de Paulo nas respetivas paróquias;
- elaborar o relatório e publicá-lo;
- fundar uma Conferência de Jovens;
- realizar um retiro espiritual na Semana Santa.

Estatísticas da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, em 1931 e 1932

Nesses dois anos fundaram-se as Conferências:

As Masculinas foram, ao todo, 33, sendo 15 em 1931 e 18 em 1932.

Em 1932: 4 na Guarda.

As Femininas foram, ao todo, 16.

CAPÍTULO IX

A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL

1933 – 1934

Semana Vicentina em Lisboa

A Semana Vicentina decorreu em Lisboa, de 30 de abril a 5 de maio, no ano do Centenário da Sociedade.

No primeiro dia – 30 de abril

Na Igreja dos Santos Mártires, foram celebradas duas Missas, uma solenizando o Domingo do Bom Pastor e outra para evocar a transladação das relíquias de S. Vicente de Paulo (1830) e solenizar o Centenário.

(...) Seguiu-se uma visita à Capela – Escola do Bairro da Liberdade, nas faldas da Serra de Monsanto, da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, em frente a Campolide, onde existiam os piores bairros dos arredores de Lisboa, bairro de lata visitados por vicentinos que ali fizeram levantar um pavilhão com três partes, havendo na do centro uma Capela, situando-se as aulas nas laterais, aulas frequentadas por 300 crianças e 140 adultos, obra realizada por cerca de 100 vicentinos. (...)

À noite, na Igreja dos Mártires, teve lugar uma Assembleia Geral comemorativa da transladação das relíquias de S. Vicente de Paulo, assembleia que era para cumprimento do Regulamento.

Pelas 21,00 horas, realizou-se a sessão sob a Presidência do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, que dava a direita ao Presidente do Conselho Superior, ao ex-Presidente do Conselho Particular da Covilhã e ex-Ministro da Justiça, Dr. Almeida Eusébio, e a esquerda ao Vice-Presidente do Conselho Central de Lisboa, Dr. Carlos Pinto Coelho. (...)

No quarto dia – 4 de maio

Os oradores da noite foram o Dr. José de Almeida Eusébio, o Dr. António Cristo e Mons. Pereira dos Reis.

Ao primeiro orador coube falar de Bailly, dele dizendo que é muito esquecido, quando foram Bailly e Ozanam os mais importantes na fundação da Sociedade de S. Vicente de Paulo, e quanto a Bailly, o mais velho do grupo dos pioneiros da Sociedade, imprimiu de estável, organizado e piedoso na formação da Sociedade, dizendo – “Não discutamos a Caridade. Pratiquemo-la. Faz-se muito mal? Façamos algum bem”. “E tão grande era o seu amor a Deus – afirmou o Dr. Almeida Eusébio – que o prolongou nos filhos que coube dar ao mundo, ambos consagrados á vida religiosa”. (...)

Apontemos alguns exemplos dessas Comemorações diocesanas pu locais:

Na Guarda

As Comemorações decorreram em 23 e 24 de julho, tendo sido recitado, no dia 23, pelas 20,00 horas, o Terço, diante do Santíssimo exposto, entremeado de cânticos, finalizando com a Bênção do Santíssimo.

Houve uma reunião de trabalhos preparatórios.

No dia 24, foi celebrada Missa pelas intenções recomendadas, sendo Celebrante o Prior da Sé e de S. Vicente a que se seguiu uma sessão solene.

Seguiram-se reflexões com conclusões de muito interesse:

- que não há freguesia onde não possa fundar-se uma Conferência;
- que deve ser sempre a primeira obra a fundar-se numa freguesia, visto ser uma obra de formação, da qual hão-de aproveitar as outras;
- que as Conferências rurais não podem ter as mesmas características das citadinas, por exemplo, recolhendo, de preferência, géneros;
- que, de preferência devem fundar-se Conferências com poucos membros, 3 a 5, e depois virão mais;
- que os confrades nunca devem pôr de parte que o fim principal das Conferências, é o aperfeiçoamento pessoal;
- que não devem transformar as Conferências em simples máquinas de dar esmolas;
- que, por caso nenhum, devem omitir-se as reuniões, seja qual for o número de presenças, e as visitas domiciliárias.

O Jubileu de Diamante da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal

Já 1908 e 1909 tinham sido dois anos que marcaram a história da Sociedade de S. Vicente de Paulo no mundo e em Portugal, pelas comemorações que nesses anos ocorreram: em 1908, para assinalar os 75 anos da existência da Sociedade no mundo – de 1833 a 1908, e depois em 1909, para comemorar os 50 anos de existência da Sociedade em Portugal.

Estas comemorações, a do Jubileu de Diamante da Sociedade de S. Vicente de Paulo no mundo – 1833 a 1908, e a do Jubileu de Oiro (impropriamente chamada Bodas de Oiro) da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal – 1859 – 1909, foram ocasião de encontros e reflexão, de aprofundamento da identidade da vocação e missão da Sociedade, de divulgação, de fortalecimento de fé e das motivações e objetivos da vocação vicentina, de união, de responsabilização, de consciencialização da validade da obra e da constatação da dimensão universal da Sociedade, além de consequências concretas: constituição do Conselho Superior de publicação do Boletim.

As comemorações nas várias dioceses

As Bodas de Diamante da Sociedade em Portugal, na nossa opinião, como já dissemos, mais corretamente chamadas de Jubileu de Diamante da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, começaram a ser comemoradas em junho do ano de 1934, por todo o País, e curiosamente iniciando-se na maioria dos lugares, com a renovação da consagração das Conferências Vicentinas portuguesas ao Sagrado Coração de Jesus, ato que também ocorria no resto do mundo.

Na Guarda, designadamente no Fundão, sob a presidência do Cónego António dos Santos Carreto, com a presença do Juiz de Direito e Delegado do Ministério Público, Presidente da Câmara, Administrador do (Conselho ?) Concelho, Provedor da Misericórdia, Direção dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e de vicentinos de Donas e Valmude (Valverde?), também ocorreram as Comemorações Vicentinas.

Na Covilhã, as Comemorações decorreram em 23 de dezembro, com a celebração do Santo Sacrifício da Missa a que assistiram confrades e pobres, grande parte comungando, tendo tido lugar a Sessão Solene, pelas 15,00, sob a presidência do Dr. António Catalão, secretariado pela Sr^a. D. Maria José Macedo Alçada e pelo Tenente João José Amaro, Administrador do (Conselho ?) Concelho.

Foram oradores o Reverendo Dr. Gustavo Ribeiro de Almeida que traçou o perfil grandioso de Ozanam, o Dr. Fernando Carneiro que descreveu a rota magnífica das Conferências Académicas de Coimbra a serem seguidas, como exemplo, e o Confrade Mário Quintela que lembrou a história das Conferências na Covilhã.

II VOLUME

I PARTE

A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO ATÉ AO SEU CENTENÁRIO EM PORTUGAL 1833 – 1959

CAPÍTULO X

A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL 1935 – 1940

Em resumo, as Conferências fundadas em Portugal em 1935 foram, no total, 27 Conferências, sendo 11 Femininas e 16 Masculinas.

No ramo feminino as 11 Conferências distribuíram-se – 1 na Guarda; (...)

No ramo masculino, as suas 16 novas Conferências surgiram: (...) 3 na Guarda, mais propriamente na Covilhã, sendo a Conferência fundada com a invocação de S. Tomás de Aquino, uma Conferência de Jovens; (...)

Algumas atividades do ramo masculino da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, em 1939

Na Guarda – A Conferência de S. Vicente, ajudada por benfeitores como a Empresa Veritas que fazia a impressão dos relatórios; assim como a Direção do “Distrito da Guarda” que fornecia gratuitamente os impressos para a cobrança das quotas; e ainda pelo Dr. Cândido da Fonseca que prestava, também gratuitamente, os seus serviços clínicos aos doentes protegidos pela eConferência, a quem o Senhor Júlio de Almeida oferecia os medicamentos necessários; com estas ajudas, realizava uma ação que já durava havia sete anos, que até surpreendia os próprios membros da Conferência que escreviam no relatório: “quem diria que num meio pobre como a Guarda...onde rareiam as flores na aridez do campo devastado pelo clima agreste da montanha, vicejam nas almas as flores mais sublimes das virtudes cristãs sobretudo da caridade... conseguindo reunir e distribuir pelos seus pobres, em género e dinheiro, mais de 36.000\$00 por ano”.

Alguns exemplos de atividades, aliás usuais, das Conferências Vicentinas Masculinas nas várias dioceses de Portugal no ano de 1940

Na Guarda – as suas 12 Conferências, com 175 membros, visitavam 211 famílias nos seus domicílios. As Conferências de S. Martinho, S. Pedro e Santa Maria Maior visitavam os reclusos e famílias, assim como os doentes nos hospitais. Nas rouparias distribuíam 244 peças de roupa e ainda 520 livros, e mantiveram a obra dos operários, através da Conferência de S. Francisco de Assis.

Na parte espiritual, a Sociedade de S. Vicente de Paulo na Guarda, após a reunião, visitava o Santíssimo Sacramento.

CAPÍTULO XI

A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL 1941 – 1950

Em 1944

Na Guarda, a Covilhã continuava a ser a zona da diocese com mais vocações vicentinas.

Na Assembleia da Imaculada Conceição, um Confrade da Conferência de Santa Maria Maior, da Covilhã, referiu os efeitos benéficos da guerra santa das Conferências face à guerra entre as nações, esta semeando miséria, luto e dor.

Ainda na Guarda, na Assembleia Geral de julho, com a preocupação da finalidade essencial das Conferências de S. Vicente de Paulo, de santificação dos seus membros, o vicentino Augusto Gil descreveu a vida da Rainha Santa Isabel de Portugal a quem a riqueza e o poder não fizeram esquecer os pobres, assim se santificando, atingindo a santidade, servindo-os com humildade e amor.

Também na Covilhã as Conferências tinham apreciável dinâmica que, por exemplo, se concretizou na criação da Cozinha Económica que funcionava através de uma caderneta de senhas distribuídas pelos pobres, assim adquirindo direito a refeições, tendo sido muito bem aceite pela população essa experiência da Cozinha Económica, que dava não só alimentação, como auxílio moral.

Em 1946

Na Guarda

Na Assembleia da Quaresma, com alocução sobre a Caridade, proferida pelo Cónego Andrade Fernandes, dizia o seu Conselho Central Masculino nessa Assembleia que apenas alguns Confrades tinham estado presentes, mas que na Assembleia do Bom Pastor iriam estar todos. Como estiveram efetivamente todos numa Assembleia presidida pelo Cónego Dr. Messias Gonçalves Marques.

Em junho desse ano de 1946, o Conselho Superior Masculino visitou as Conferências da diocese, e na Covilhã apreciou a Cozinha Vicentina, obra de vulto que o seu Conselho Particular realizava e que só no ano fundo de 1945 servia a pobres 72.900 refeições, das quais 34.117 foram servidas a pobres visitados pelas respetivas Conferências.

O Boletim do ramo masculino indicava como Obras Especiais, em 1948:

Caixa de Auxílio aos Confrades Doentes – Nossa Senhora da Conceição, Covilhã.

Consultas e Medicamentos – (...) S. Tomás de Aquino, Covilhã; (...)

Cozinha Económica – O Conselho Particular da Covilhã mantém, há alguns anos, uma cantina para fornecimento de refeições aos pobres das Conferências e outros, tendo fornecido em 1945, 72.980 refeições no valor de Escudos 105.498\$10.

Exercícios Espirituais – Conselho Central de Lisboa, na primeira semana da Quaresma, para confrades. Conferência de S. Tomás de Aquino, Covilhã.

Visita aos Hospitais – Couço, Santa Maria da Covilhã, S. Martinho da Covilhã, Mondim de Basto (...)

Visita aos Presos – (...) S. Martinho e S. Pedro, da Covilhã (...)

CAPÍTULO XII

A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL

1951 – 1954

Na Guarda, a Assembleia Geral do Bom Pastor, teve invulgar concorrência dos dois ramos, designadamente das 7 Conferências da Covilhã.

As Assembleias foram sendo realizadas pela diocese: em Gouveia, Freixedas, Moimenta da Serra e S. Pedro de Manteigas.

N Assembleia que teve lugar na Covilhã, o salão da Ação Católica sob a presidência do Prelado encheu, tendo sido decidido realizar-se o Dia do Pobrezinho, e incrementar o trabalho do Farrapeiro de S. Vicente de Paulo, na Guarda.

Em Tortozendo, continuavam a construir-se casas para os pobres.

Fez-se na Covilhã, em 1951, já o 3.º Dia Vicentino, em 20 de julho, reunindo os vicentinos das suas 7 Conferências, na propriedade cedida para o efeito, pelo Sr. Carvalho Nunes, um Dia que ficou na alma dos vicentinos participantes, que fizeram um minuto de silêncio e uma oração pela alma do grande paladino da Conferência, Francisco Fernandes Pombo, tendo a palestra estado a cargo de José Rosa de Almeida que trouxe à lembrança dos presentes, conceitos de célebres personalidades de que citamos:

De Cervantes – “As obras de caridade que se praticam com tibieza, e como que a medo, de nada servem”;

De La Bruyère – “O dar de má vontade é grosseria. Custa tão pouco acrescentar à esmola um sorriso”;

De Losano – “A caridade não é unicamente um dever moral, mas a satisfação de uma dívida”;

Do brasileiro Coelho Neto – “A verdadeira caridade é impalpável como a luz, e invisível como o perfume – dá calor, dá o aroma, mas não se deixa tocar nem ver”;

Do português, D. António Costa, que colaborou com Celestina Scarabelli na fundação em Bolonha, em 1856, da 1.ª Conferência Feminina no mundo – “A caridade é a esponja do coração; quanto mais se espreme, mais bens lança de si”;

Do trágico Camilo – “A caridade é a felicidade dos que dão e dos que recebem”;

De Júlio Dantas – “Tratem os pobres bem/E os tristes com piedade/Deus criou estrelas e abrolhos/Para que alguém, por caridade/Sobre o leito mortal lhes feche os olhos”.

E o confrade José Rosa de Almeida acrescentou a estes inspirados pensamentos sobre a caridade, esta conclusão: “A caridade desentranha-se, sacrifica-se, ri e chora, perdoa e cala; pede e canta; vai à prisão, ao asilo, ao hospital, ao albergue, à escola, à creche e à oficina; aos campos da luta e da batalha, ao perto e ao longe; acaricia, cura e dá, dá do muito e do pouco, tudo o que tem, porque é o coração que se abre, a boca que se abre, a mão que se abre...”

Na Guarda (1952) – O movimento vicentino, estimulado pelo Prelado, aumentou: mais 5 Conferências Masculinas, e de 1949 para 1952 as 19 existentes passaram a 25, isto é, mais 6 Conferências.

O Conselho Particular da Covilhã é “um modelo de atividade”, assim o classifica o Conselho Superior. Mantém o Farrapeiro, cujos “trabalhadores” são jovens orientados por um veterano. Mantém este Conselho a Obra de Assistência aos presos, realizando, à semelhança do Dia do Pobrezinho, o Dia do Preso.

Porque reconheceu que teria melhor organização, confiou a velha Cozinha dos Pobres, à Santa Casa da Misericórdia.

Da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal durante o ano de 1953, apontamos:

Na Covilhã, o seu Conselho Particular Masculino que fundara uma Cozinha Económica em terreno oferecido á Conferência pela Câmara, decidiu oferecê-la à Santa Casa da Misericórdia, que a poderia ampliar e fazê-la funcionar de forma mais rentável, dando auxílio mais válido e a maior número de pobres. Exemplo notável de despojamento e lucidez!

Na Guarda, em 5 de julho, sob a presidência do Prelado, Senhor D. Domingos, realizou-se um maravilhoso Dia Vicentino, com Missa inicial e sessão, interrompida pelo almoço, em que se falou no trabalho válido da Covilhã e Tortozendo, onde já tinham três casas construídas, na organização de um Farrapeiro, e na escolha do Domingo da oitava da Imaculada para nele realizar o “Dia do Pobre”.

Relance sobre a vida da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, em 1954

Na Guarda – O reconhecimento pelo próprio Governador Civil, da gravidade da situação sobre o que falou a comerciantes, industriais e proprietários, que o Senhor Governador procurou sensibilizar ao sofrimento de muitas famílias, em consequência dos rigores do inverno, estando muita gente a morrer de frio, o que originou uma subscrição para as Conferências que rendeu 35 contos em senhas a que o Governador Civil juntou um donativo de 25 contos e a que a subscrição da cidade juntou 48 contos. Aliás, o Prelado da Guarda, D. Domingos, apelou aos seus diocesanos para ajuda das famílias em maior sofrimento, tendo todas as ajudas sido confiadas às Conferências de S. Vicente de Paulo que levavam os auxílios diretamente e ainda consoante o grau de necessidades que conheciam bem, incluindo mesmo a ajuda a familiares de pobreza envergonhada. Um exemplo do dinamismo das Conferências Vicentinas, da confiança das entidades públicas no seu bom serviço, e a credibilidade das populações aos apelos da Sociedade de S. Vicente de Paulo, seus critérios de distribuição e sua atuação.

Também as Obras Especiais Femininas prosperaram em 1954:

Na Guarda – A Casa de Trabalho, a Sopa dos Pobres e a Obra dos Ovos (3.640 ovos distribuídos).

No ramo masculino não houve um progresso tão visível como no ramo feminino, de Obras Especiais ou Conferências Especializadas, confundindo umas com outras.

Indicaremos as que mais se evidenciaram:

Na Guarda – Cozinha Económica.

Na Covilhã – Cozinha Económica; Adoração noturna semanal ao Santíssimo; Obre de Assistência aos Presos (Dia do Preso); Farrapeiro de S. Vicente de Paulo.

CAPÍTULO XIII
A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL
1955 – 1959

Apontemos algumas atividades vicentinas em 1955, reveladoras da militância dos membros da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal

Na Covilhã, em 20 de maio do ano de 1955, realizou-se outro Dia Vicentino; na Guarda, em 13 de julho, presidido pelo Senhor Bispo, D. Domingos que, entre as considerações finais, mostrou a sua grande satisfação pelo que ouvira, pela realização dos Dias Vicentinos, disse que estes deveriam realizar-se em todas as freguesias, devendo os seus vicentinos ser os “mordomos” dos Dias Vicentinos, recebendo e a todos acolhendo.

Grande vitalidade vicentina em 1956

Em Lamego foi comemorado o centenário da 1.ª Conferência Feminina da Diocese da Guarda, onde a ação da Covilhã sobressaía, sobretudo na construção de casas para pobres no terreno oferecido pelo Conde da Covilhã, tendo-se realizado, no dia 26 de fevereiro, uma sessão presidida pelo Presidente da Câmara, Coronel Matos (é Matoso...) Pereira em que o Presidente do Património dos Pobres falou sobre o significado social daquela iniciativa que atingira o número de 20 moradias, graças à oferta do Senhor Conde da Covilhã.

As Obras Especiais da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal, em 1956

Conselho Central da Guarda – Património dos Pobres de Loriga

CAPÍTULO XIV
A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO EM PORTUGAL
AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO

1959

FINAL DO II VOLUME

III VOLUME

I PARTE

“ A SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO ATÉ AO SEU CENTENÁRIO EM PORTUGAL ”

1833 – 1959

3.º Volume – Síntese e Documentos

